



CNPJ nº 87.163.234/0001-38
NIRE 43300032990
Carta Patente SUSEP nº 021
Rua Sete de Setembro, 515 - térreo - 5º e 9º andares
CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

A Diretoria da Sabemi Seguradora S/A submete a V.Sas. o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2021.

Contexto Operacional

O ano de 2021 continuou sendo marcado pelos efeitos da pandemia. Apesar do avanço da vacinação no País, o distanciamento social e as limitações impostas visando a não proliferação do vírus continuaram convivendo com a realidade de todos.

Os negócios em geral, pouco a pouco, voltam a sua normalidade, porém ainda estamos distantes de afirmar que estamos vivendo uma situação de normalidade. Acreditamos que a pandemia esteja em sua fase final e que os negócios retomem sua dinâmica nos próximos meses.

De nossa equipe de colaboradores 100% já tomaram as duas doses da vacina e em torno de 40% já estão com a dose de reforço. Estamos confiantes que muito em breve o retorno presencial pleno, de forma segura e seguindo todos os protocolos de segurança será possível. Nossa preocupação em estar próximo de todos os clientes continua e nossos canais de relacionamento estão funcionando normalmente de forma a atender o nosso público mesmo neste ambiente onde o distanciamento se tornou obrigatório.

Nossos produtos e serviços relacionados aos Seguros e Assistência Financeira continuam tendo uma elevada procura, seja porque ofertamos importantes benefícios, como cobertura para Covid-19, descontos em farmácias, dentre outros benefícios muito úteis neste momento, bem como pelas taxas amplamente competitivas que permitem que muitos de nossos segurados, que acabaram tendo impacto em sua renda familiar, pudessem recompor a mesma com operações de assistência financeira adequadas à realidade e ao momento de cada um. Ficamos contentes e orgulhosos por disponibilizar estas soluções aos nossos clientes. Continuamos firmes em nossa busca de melhor atender nossos segurados e disponibilizar operações vantajosas respeitando a necessidade e as possibilidades de cada um de nossos clientes.

Cenário Econômico

O ano de 2021 trouxe a retomada dos aumentos dos juros na economia e da inflação. Os juros medidos pela taxa Selic encerraram o ano a 9,25% a.a. enquanto a inflação ficou próxima de 10%. Níveis bastante elevados principalmente para um País que estava acostumado a conviver com níveis próximos a 1 dígito de inflação e juros bem menores.

Obviamente que esse cenário contaminou a economia como um todo e os negócios em geral foram impactados.

Acreditamos que o ano de 2022 continuará com os níveis elevados dos juros, apesar de entendermos que os aumentos de juros devam cessar ainda no primeiro semestre devendo encerrar o ano em níveis próximos a 11%. A inflação deve ficar entre 5% e 7% ao ano, níveis ainda elevados, porém menores que do ano de 2021.

No ano de 2022 conviveremos novamente com discussões políticas em função das eleições presidenciais. Por conta disso, a instabilidade e a volatilidade devem conviver em nossos negócios de forma constante.

Não acreditamos em reformas administrativas, tributárias e em outras necessárias ao bom andamento da economia em função do ano eleitoral. Somente em 2023 deveremos voltar nessas pautas.

As contas públicas continuam sendo alvo de atenção e preocupação do mercado em geral. A adequada política fiscal é fundamental para a retomada do crescimento de nosso País. Nesse contexto o PIB deve crescer próximo a 1% em 2022.

Continuamos acreditando que o mercado segurador representa um importante alicerce para a população em geral, ainda mais em momentos como o que estamos vivendo em função da pandemia. A certeza de estar coberto por riscos de morte por conta da pandemia é um alento para aqueles que vivenciaram momentos de perdas em seu núcleo familiar. Continuamos confiantes e acreditando no potencial de nosso País e de nossos produtos e serviços ofertados.

Mercado de atuação

A Sabemi Seguradora S/A é uma Companhia com quatro décadas de atividade, especializada no segmento de consignação em folha de pagamento de servidores públicos, operando nos ramos de Seguro de Pessoas, Previdência Complementar e Assistência Financeira a seus segurados e participantes.

Em janeiro de 2009 a Sabemi Seguradora ingressou no Consórcio do Seguro DPVAT, de acordo com a Carta SUSEP/GABIN nº 205, de 30 de dezembro de 2008. Em 1º de outubro de 2020, a Companhia enviou correspondência à Seguradora Líder, formalizando o pedido de retirada do Consórcio do Seguro DPVAT, a partir de 1º de janeiro de 2021.

Desempenho da Companhia

A Companhia registrou lucro líquido no exercício de R\$ 1.591 mil, representando uma rentabilidade de 2,37 % sobre o patrimônio líquido médio.

O resultado da Companhia decorre principalmente de receita com prêmio de seguro de acidentes pessoais e da receita financeira gerada pelas assistências financeiras realizadas a seus participantes.

As receitas com prêmios de seguros tiveram um recuo de 7,43%, enquanto as rendas de contribuições apresentaram um aumento de 8,35 %, quando comparado com o mesmo período de 2020.

O índice de sinistralidade ficou em 13,82% em relação ao prêmio ganho. O índice combinado ampliado ficou em 0,98.

Organização societária

Em Assembleia Geral Extraordinária de 23 de novembro de 2021, foi aprovada a renúncia do Diretor Comercial da Companhia, Leandro de Carvalho Nunes com efeitos imediatos, decidindo-se, manter o cargo de Diretor Comercial vacante até que outro nome qualificado seja

indicado para o seu exercício. De acordo com o estatuto da Companhia, foi aprovado que o Diretor-Presidente substitua, temporariamente, o Diretor Comercial renunciante.

Dividendos

A Companhia optou pelo pagamento dos juros sobre o capital próprio de acordo com a legislação vigente, atendendo os dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos no Estatuto Social da companhia.

Impostos e contribuições

A Companhia destinou R\$ 13.080 mil das receitas aos cofres públicos a título de impostos e contribuições próprios, pagos e provisionados, no exercício.

Controles internos

A Companhia, com vistas a garantir um crescimento sustentado, tem utilizado as boas práticas de Governança Corporativa, investindo fortemente na busca da excelência da gestão, para aprimorar o relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, parceiros, prestadores de serviços, colaboradores, comunidade e demais partes interessadas.

A qualificação dos colaboradores; uso da tecnologia; melhoria, análise, reavaliação e aderência dos processos; gerenciamento de riscos são prioridades para a diretoria.

Com vistas a propiciar um quadro de gestão profissionalizada, a Controladora estruturou um Conselho Consultivo, com a atribuição de orientar estrategicamente os negócios e a governança do grupo, dentre eles o da Sabemi Seguradora S/A, atuando de forma a proteger os interesses e a maximizar investimentos.

Ouvidoria

Desde a sua constituição em 2005, a Ouvidoria vem atuando com estratégia proativa, identificando a origem dos problemas para solucioná-los definitivamente, cumprindo a missão de verdadeira mediadora de conflitos entre a companhia e o segurado e/ou beneficiário, depois de esgotados os demais canais de acesso e atendimento disponíveis.

Segurança da informação

A Companhia vem constantemente implementando um conjunto de controles, incluindo políticas, processos, estruturas organizacionais e normas e procedimentos de segurança, objetivando a proteção das informações dos clientes e da Companhia, nos seus aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Recursos humanos

A Sabemi tem como política de Recursos Humanos a seleção, retenção e desenvolvimento de talentos para dar suporte ao seu plano de crescimento sustentado. Para valorização da competência de seus colaboradores, instituiu desde 2006 um programa de participação nos resultados. Ademais, a Companhia vem investindo fortemente no programa de desenvolvimento, aprimoramento e qualificação dos colaboradores, pois acredita que o potencial realizador das pessoas é a base de sustentação dos seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2021, o quadro da Seguradora era formado por 328 colaboradores.

Declaração sobre a capacidade financeira

As aplicações financeiras estão classificadas como "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", ajustados pelo valor de mercado.

Os benefícios de planos previdenciários e sinistros são pagos rigorosamente em dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelos órgãos reguladores.

Perspectivas futuras

A Companhia continuará a envidar seus esforços na venda de seguro, plano de previdência complementar na modalidade de pecúlio e nas operações financeiras. Ademais, para fazer a manutenção do resultado, a administração continuará reavaliando a estrutura de custos para dar suporte às operações de forma a obter maior otimização dos recursos aplicados.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação, competência e o talento que nos permitem obter resultados consistentes e diferenciados. Agradecemos também aos nossos acionistas, parceiros, fornecedores e clientes o indispensável apoio e a confiança, que fortalecem e reforçam nosso compromisso em superar as expectativas.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2022.
A Diretoria

Balanco patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2021	Reapresentado 31/12/2020	Reapresentado 01/01/2020	Passivo e patrimônio líquido	31/12/2021	Reapresentado 31/12/2020	Reapresentado 01/01/2020
Circulante	102.891	397.443	406.815	Circulante	48.955	336.016	352.145
Disponível (Nota 5)	3.369	11.199	6.832	Contas a pagar	15.512	209.383	197.625
Caixa e bancos	3.369	11.199	6.832	Obrigações a pagar (Nota 13)	9.626	16.612	18.591
Equivalente de caixa (Nota 5)	16.527	35.932	17.709	Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 14)	2.499	1.211	1.510
Aplicações (Nota 6)	30.698	31.722	46.938	Encargos trabalhistas	2.613	2.007	1.948
Créditos das operações com seguros e resseguros (Nota 6.4.1)	864	184	1.985	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	233	378	462
Prêmios a receber	728	1	1.973	Impostos e contribuições (Nota 16)	535	1.664	8.569
Operações com seguradoras	136	183	11	Obrigações por cessão de recebíveis (Nota 21)	-	187.511	165.522
Operações com resseguradoras	-	-	1	Outras obrigações	6	-	1.023
Créditos das operações com previdência complementar (Nota 6.4.2)	4.799	4.448	4.077	Débitos de operações com seguros e resseguros	3.458	3.428	5.493
Valores a receber	4.799	4.448	4.077	Prêmios a restituir	-	-	-
Outros créditos operacionais (Nota 6.4.3)	-	41	-	Operações com seguradoras	2.821	3.019	3.490
Ativos de resseguro e retrocessão	22	41	39	Operações com resseguradoras	88	88	87
Títulos e créditos a receber (Nota 6.4.4)	37.038	224.141	212.904	Corretores de seguros e resseguros	339	86	1.827
Titulos e créditos a receber	16.573	9.868	10.915	Outros passivos operacionais	210	235	90
Créditos tributários e previdenciários	4.053	2.046	24	Débitos de operações com previdência complementar	26	9	22
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.4)	15.503	211.193	201.541	Outros passivos operacionais	26	9	22
Outros créditos	909	1.034	424	Depósitos de terceiros (Nota 17)	170	5.197	7.625
Outros valores e bens	90	86	79	Provisões técnicas - seguros (Nota 18)	15.205	14.696	16.208
Outros valores	90	86	79	Pessoas	15.205	14.696	16.208
Despesas antecipadas (Nota 7)	9.478	89.645	116.251	Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 18)	12.493	9.626	9.559
Custos de aquisição diferidos	6	4	1	Planos não bloqueados	12.493	9.626	9.559
Seguros	6	4	1	Outros débitos	2.091	93.677	115.613
Ativo não circulante	40.058	843.459	1.257.784	Receitas operacionais antecipadas (Nota 21)	-	93.677	115.613
Realizável a longo prazo	38.759	841.614	1.255.536	Passivos de arrendamento (Nota 2.11)	2.091	-	-
Aplicações (Nota 6)	-	82	79	Passivo não circulante	28.660	834.258	1.235.763
Títulos e créditos a receber	23.558	838.220	1.250.974	Contas a pagar	1.760	813.397	1.224.148
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 9.1)	8.317	8.251	4.550	Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	-	233	519
Depósitos judiciais (Nota 8)	5.093	5.237	6.100	Obrigações por cessão de recebíveis (Nota 21)	-	810.524	1.220.108
Assistência financeira a participantes (Nota 6.4.4)	10.148	824.732	1.240.324	Outras contas a pagar	1.760	2.640	3.520
Outros valores e bens (Nota 2.11)	8.064	-	-	Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 18)	201	233	239
Despesas antecipadas (Nota 7)	7.137	3.312	4.483	Planos não bloqueados	201	233	239
Investimentos	276	275	228	Outros débitos	20.466	20.628	11.376
Participações societárias (Nota 10)	244	243	196	Provisões judiciais (Nota 20 (b))	6.233	-	-
Outros investimentos (Nota 10)	32	32	32	Passivos de arrendamento (Nota 2.11)	6.233	-	-
Imobilizado (Nota 11)	918	1.391	1.873	Patrimônio líquido (Nota 22)	65.334	70.628	76.691
Bens móveis	918	1.391	1.872	Capital social	55.000	55.000	55.000
Outras imobilizações	-	-	1	Reservas de lucros	10.334	15.628	21.691
Intangível (Nota 12)	105	179	147	Total do passivo e do patrimônio líquido	142.949	1.240.902	1.664.599
Outros intangíveis	105	179	147				
Total do ativo	142.949	1.240.902	1.664.599				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Reservas	De lucros a disposição da assembleia	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020	55.000	7.537	5.182	-	-	1.677	69.396
Ajustes decorrentes da reapresentação (nota 2.1)	-	-	7.295	-	-	-	7.295
Em 01 de janeiro de 2020 (reapresentado nota 2.1)	55.000	7.537	12.477	-	-	1.677	76.691
Dividendos s/resultado de exercícios anteriores aprovados em AGE de 08/02/2021	-	-	-	-	(1.677)	-	(1.677)
Lucro líquido do exercício (reapresentado nota 2.1)	-	-	-	-	-	3.208	3.208
Proposta de destinação do resultado:							
Reserva legal	-	442	-	-	-	(442)	(7.594)
Juros sobre o capital próprio/dividendos intermediários (Nota 21.2)	-	-	(4.828)	-	-	(2.766)	(7.594)
Em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado nota 2.1)	55.000	7.979	7.649	-	-	-	70.628
Em 1º de janeiro de 2021	55.000	7.979	5.981	-	-	-	68.960
Ajustes decorrentes da reapresentação (nota 2.1)	-	-	1.668	-	-	-	1.668
Em 01 de janeiro de 2021 (reapresentado nota 2.1)	55.000	7.979	7.649	-	-	-	70.628
Dividendos s/resultado de exercícios anteriores aprovados em AGE de 17/08/2021 (Nota 22.2)	-	-	(4.225)	-	-	-	(4.225)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.591	1.591
Proposta de destinação do resultado:							
Reserva legal	-	163	-	-	-	(163)	(163)
Juros sobre o capital próprio/dividendos intermediários (Nota 22.2)	-	-	(1.232)	-	-	(1.428)	(2.660)
Em 31 de dezembro de 2021	55.000	8.142	2.192	-	-	-	65.334

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	Reapresentado 2020
Operações de seguros (Nota 23)		
Prêmios emitidos líquidos	100.197	103.054
Contribuições para cobertura de riscos	29.619	27.408
Variação das provisões técnicas de prêmios	(2.222)	2.769
Prêmios ganhos (Nota 23)	127.594	133.231
Sinistros ocorridos (Nota 23)	(17.634)	(13.520)
Custo de aquisição (Nota 23)	(25.456)	(25.991)
Outras receitas e despesas operacionais, líquido (Nota 22)	(3.359)	(5.072)
Resultado com operações de resseguro – despesa com resseguro	(359)	(307)
Variação de outras provisões técnicas	(67)	39
Custo de aquisição (Nota 23)	(1.574)	(4.591)
Outras receitas e despesas operacionais, líquido (Nota 23)	(16)	(6)
Despesas administrativas (Nota 23)	(109.466)	(91.027)
Despesas com tributos (Nota 23)	(7.043)	(7.943)
Resultado financeiro (Nota 23)	38.700	16.811
Resultado patrimonial	4	(2)
Resultado operacional	1.324	1.622
Ganhos e perdas com ativos não correntes (Nota 23)	(21)	(19)
Resultado antes dos impostos e participações	1.303	1.603
Imposto de renda (Nota 9.2)	709	1.635
Contribuição social (Nota 9.2)	458	796
Participações sobre o resultado	(889)	(826)
Lucro líquido do exercício	1.591	3.208
Quantidade de ações	79	79
Lucro por ação - em Reais	20.138,53	40.613,28

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2021	Reapresentado 2020
Resultado do exercício	1.591	3.208
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	1.591	3.208

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa – Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2021	Reapresentado 2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.591	3.208
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	537	536
Provisão para perda sobre créditos	(114.045)	(22.773)
Perda na alienação de imobilizado e intangível	21	19

CONTINUAÇÃO

Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	1.105	15.214
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos de seguros	(680)	1.801
Créditos das operações com previdência complementar	(351)	(371)
Ativos de resseguro	19	(2)
Créditos fiscais e previdenciários	(2.073)	(5.723)
Ativo fiscal diferido	(2)	(3)
Depósitos judiciais e fiscais	144	863
Despesas antecipadas	76.342	27.777
Outros ativos	995.627	406.329
Impostos e contribuições	2.971	3.984
Outras contas a pagar	(892.230)	(390.839)
Débitos de operações com seguros e resseguros	30	(2.065)
Débitos de operações com previdência complementar	17	(13)
Depósitos de terceiros	(5.027)	(2.428)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	509	(1.512)
Provisões técnicas - previdência complementar	2.835	61
Provisões judiciais	(162)	9.252
Outros Passivos	(85.353)	-
Caixa gerado pelas operações	(18.134)	43.315
Juros pagos	-	(30)
Imposto sobre o lucro pagos	(2.206)	(11.130)
Caixa líquido consumido (gerado) nas atividades operacionais	(20.340)	32.155
Atividades de investimento		
Alienação de imobilizado	15	10
Aquisição de investimento	-	(54)
Aquisição de imobilizado	(25)	(15)
Aquisição de intangível	-	(100)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(10)	(159)
Atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(6.885)	(9.272)
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	-	(134)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(6.885)	(9.406)
Redução(aumento) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(27.235)	22.590
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	47.131	24.541
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.896	47.131
Redução(aumento) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(27.235)	22.590

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Sabemi Seguradora S.A. ("Seguradora" ou "Companhia") tem por objeto operar em seguros de pessoas, bem como em previdência privada complementar, nas modalidades de pecúlio e de renda. A Seguradora possui sede na Rua Sete de Setembro 515 - térreo, 5º e 9º andares, Centro - Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Severo Participações S.A é controladora da Sabemi Seguradora S.A com participação de 100% no capital social em 31 de dezembro de 2021.

A Seguradora também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 600/20.

No exercício social de 2009, a Seguradora ingressou no Consórcio do Seguro DPVAT, mediante aprovação do Processo nº 15414.004076/2008-85 pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através de Carta SUSEP/GABIN nº 205, de 30 de dezembro de 2008.

Em Assembleia Geral, atendendo a previsão do Instrumento do Consórcio do Seguro DPVAT, foi deliberada a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT, ficando a Seguradora Líder em nome das Consorciadas, designada a administrar o "run-off" de suas operações e obrigações com relação aos sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2020, inclusive quanto às futuras demandas judiciais que os envolvam. A partir de 1º de janeiro de 2021, fica vedada quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das Consorciadas. Adicionalmente, todas as indenizações relativas ao DPVAT para sinistros ocorridos após 1º de janeiro de 2021, ficam a cargo da reserva existente do Consórcio do Seguro DPVAT, constituída ao longo dos últimos anos.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Seguradora em 24 de fevereiro de 2022.

Política de contabilização das operações de Assistência Financeira

Ao longo dos meses de fevereiro a abril/2021, foram realizadas diversas reuniões com a Susep, abordando principalmente a forma de contabilização da securitização dos direitos creditórios originados por esta Companhia e securitizados a diversos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), de acordo com a legislação vigente. De acordo com as normas contábeis vigentes, as operações de cessão devem ser classificadas entre:

- a) transações cessão/ transferência de ativos realizadas com retenção substancial de riscos e benefícios;
- b) transações de cessão/ transferência de ativos realizadas sem retenção substancial de riscos e benefícios; e
- c) transações de cessão / transferência de ativos realizadas sem transferência e sem retenção substancial de riscos e benefícios.

A Companhia ao longo dos anos, com base nas suas análises efetuadas a luz das orientações emanadas dos pronunciamentos contábeis aplicáveis (CPCs 38 / CPC 48) concluiu que as cessões realizadas de ativos financeiros se enquadravam na categoria de transações de cessão / transferência de ativos realizadas sem retenção substancial de riscos e benefícios. O referido entendimento também se encontra amparado na análise e parecer contábil de especialistas renomados como o Professor e Doutor Eliseu Martins, incluindo seus auditores internos e externos, que levaram em consideração as circunstâncias das operações realizadas, e a não retenção significativa de cotas subordinadas pela Seguradora (entidade que reporta), assim como a ausência de controle e não consolidação dos referidos fundos (FIDCs) para os quais as transferências de ativos foram cedidas. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 a Seguradora não detinha nenhuma cota subordinada.

Em decorrência dessa análise, a Seguradora vinha efetuando o desreconhecimento dos ativos (direitos creditórios) cedidos aos Fundos (FIDCs) quando da realização das referidas operações de transferência/cessão.

Por outro lado, o entendimento do órgão regulador, é de que a Companhia tem retenção substancial de risco e benefícios, e por consequência deve reconhecer/manter no seu Ativo os direitos creditórios e registrar no seu Passivo os créditos cedidos. A principal alegação apresentada pela Susep, refere-se ao fato que nos Regulamentos dos FIDCs constava cláusula determinando a aquisição de Quotas Ordinárias Subordinadas por parte da Seguradora ou Partes relacionadas, desta forma a operação seria com retenção substancial de riscos e benefícios.

Em 21 de maio de 2021, através do Ofício Eletrônico Nº 4/2021/CFIP2/CGFIP/DIR4/SUSEP, o órgão regulador determinou efetuar o levantamento de todos os FIDCs ativos em 31 de dezembro de 2020, reconhecendo os créditos de assistência financeira no Ativo e os créditos cedidos no Passivo. Foi determinado também o levantamento de todas as receitas e despesas já reconhecidas relacionadas aos contratos de assistência financeira em aberto na data-base para estorná-las e registrá-las como Ativo e Passivo a serem diferidos durante o prazo remanescente dos recebimentos dos créditos.

De acordo com a determinação da Susep, efetuamos os ajustes para todas as operações de securitização realizadas com os FIDCs que denominamos de FIDCs Elegíveis, aqueles que cumpriam as duas condições, estar ativos em 31 de dezembro de 2020 e FIDCs cujas Quotas Subordinadas, naquela data, pertenciam à Seguradora ou Partes relacionadas. Os FIDCs Elegíveis são o Sabemi III, Sabemi V, Sabemi VII, Sabemi VIII, Sabemi IX e Sabemi X. Os Fundos elencados abaixo possuem o efeito de reconhecimento de ativos, passivos, receita e despesa, de acordo com a determinação do órgão regulador. Efetuamos a reversão das receitas financeiras de contratos cedidos, reconhecendo no resultado toda a receita financeira dos contratos Ativos e por outro lado consideramos as Despesas financeiras dos contratos cedidos registrados no Passivo. Conforme observamos abaixo, o efeito da transição destes saldos tem efeito zero no resultado da Seguradora.

	Reversão de Receitas financeiras de contratos cedidos		Despesas financeiras de contratos cedidos		Resultado líquido do Ajuste	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
	FIDC Anga III	3.783	13.614	(3.783)	(13.614)	-
FIDC Anga V	6.563	27.121	(6.563)	(27.121)	-	-
FIDC Anga VI	4.965	19.840	(4.965)	(19.840)	-	-
FIDC Anga VIII	14.092	58.181	(14.092)	(58.181)	-	-
FIDC Anga IX	20.284	78.592	(20.284)	(78.592)	-	-
FIDC Anga X	41.001	112.018	(41.001)	(112.018)	-	-
	90.688	309.366	(90.688)	(309.366)	-	-

Em junho de 2021 foi efetuada a venda de todas as quotas subordinadas que pertenciam a Sabemi Seguradora e suas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020. Nesta mesma data, os fundos realizaram assembleia aprovando as alterações nos respectivos regulamentos. Alterou-se o texto do parágrafo onde havia a obrigatoriedade da Sabemi Seguradora e suas partes relacionadas terem um percentual mínimo de quotas subordinadas ordinárias dos FIDCs.

Eliminada a obrigatoriedade de subscrição de quotas subordinadas ordinárias por parte da Sabemi Seguradora e suas partes relacionadas e pela inexistência de quotas subordinadas mantidas pela Sabemi Seguradora e suas partes relacionadas, concluímos que a partir do mês de junho de 2021 a Sabemi Seguradora e suas partes relacionadas não retém riscos e benefícios nas operações de cessão /transferência dos FIDCs listados acima, efetuando o desreconhecimento de ativos no mês de junho de 2021 dos direitos creditórios dos FIDCs Elegíveis.

Em maio de 2021 houve a estruturação de um novo FIDC, Sabemi XI. A Sabemi Seguradora reteve 25% de suas quotas subordinadas ordinárias até 30 de novembro de 2021, data em que foi vendida para terceiros, não restando mais nenhuma quota subordinada.

Dada a retenção de quotas subordinadas deste fundo, até 30 de novembro de 2021, a Sabemi Seguradora efetuou o reconhecimento dos ativos e passivos em seu balanço, conforme determinação do Ofício Eletrônico nº 04/2021 da SUSEP. A partir dessa data, concluímos que a Sabemi Seguradora e suas partes relacionadas não retém riscos e benefícios nas operações de cessão /transferência do FIDC Sabemi XI, efetuando o desreconhecimento de ativos no mês de novembro de 2021 dos direitos creditórios do FIDC Sabemi XI.

A Companhia, entende que a contabilização efetuada originalmente encontra respaldo nas normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Todavia pelo fato da determinação imposta pela Susep, abaixo estão demonstrados os ajustes efetuados nos saldos patrimoniais da Sabemi em 31 de dezembro de 2020 e 01 de janeiro de 2020 e os efeitos no resultado do período caso a determinação tivesse efeito retroativo:

	Saldos Publicados	Ajustes Efetuados	Saldos Ajustados
Ativos e Passivos ajustados	31/12/2020		31/12/2020
Assistência financeira a participantes (a)	29.601	1.006.324	1.035.925
Despesas antecipadas (b)	4.789	88.168	92.957
Total do ativo	146.410	1.094.492	1.240.902
Impostos e contribuições (c)	552	1.112	1.664
Obrigações por cessão de recebíveis (d)	-	998.035	998.035
Débitos diversos (e)	-	93.677	93.677
Lucros acumulados (f)	-	1.668	1.668
Total do passivo e patrimônio líquido	146.410	1.094.492	1.240.902
Efeitos no Resultado	31/12/2020		31/12/2020
Resultado financeiro (g)	26.191	(9.380)	16.811
(=) Resultado operacional	11.002	(9.380)	1.622
(=) Resultado antes dos impostos e participações	10.983	(9.380)	1.603
Imposto de renda (h)	(710)	2.345	1.635
Contribuição social (h)	(611)	1.407	796
Lucro líquido do exercício	8.836	(5.628)	3.208
Ativos e Passivos ajustados	01/01/2020		01/01/2020
Assistência financeira a participantes (a)	43.292	1.398.573	1.441.865
Despesas antecipadas (b)	5.904	114.830	120.734
Total do ativo	151.196	1.513.403	1.664.599
Impostos e contribuições (c)	3.704	4.865	8.569
Obrigações por cessão de recebíveis (d)	-	1.385.630	1.385.630
Débitos diversos (e)	-	115.613	115.613
Lucros acumulados (f)	-	7.295	7.295
Total do passivo e patrimônio líquido	151.196	1.513.403	1.664.599

	Saldos Publicados	Ajustes Efetuados	Saldos Ajustados
Ativos e Passivos ajustados	01/01/2020		01/01/2020
Assistência financeira a participantes (a)	43.292	1.398.573	1.441.865
Despesas antecipadas (b)	5.904	114.830	120.734
Total do ativo	151.196	1.513.403	1.664.599
Impostos e contribuições (c)	3.704	4.865	8.569
Obrigações por cessão de recebíveis (d)	-	1.385.630	1.385.630
Débitos diversos (e)	-	115.613	115.613
Lucros acumulados (f)	-	7.295	7.295
Total do passivo e patrimônio líquido	151.196	1.513.403	1.664.599

- (a) Ajuste pelo reconhecimento no Ativo dos saldos dos direitos creditórios cedidos aos FIDCs Elegíveis líquido da provisão para perda sobre créditos destes FIDCs.
- (b) Ajuste pelo diferimento das Despesas com comissões relativos aos FIDCs Elegíveis.
- (c) Reconhecimento dos Impostos, sobre o ajuste no resultado do período.
- (d) Ajuste pelo reconhecimento no Passivo dos saldos dos créditos cedidos aos FIDCs Elegíveis líquido da provisão para perda sobre créditos destes FIDCs.
- (e) Ajuste pelo diferimento do Lucro de cessão dos créditos cedidos aos FIDCs Elegíveis
- (f) Impacto final no Patrimônio líquido, dos ajustes realizados no resultado do período, líquidos de impostos
- (g) Ajuste pela reversão e realização do período, da receita com Lucro de cessão, e das Despesas de comissões e estruturação dos FIDCs Elegíveis.
- (h) Incidência de impostos sobre o valor do ajuste no resultado.

O valor contabilizado como receita diferida em 2020 foi reconhecido no resultado do exercício de 2021 em decorrência da venda das quotas subordinadas, pelas partes relacionadas da Sabemi Seguradora, dos respectivos FIDCs.

	Saldos Contabilizados	Ajustes Efetuados	Saldos Publicados
Efeitos no Resultado	31/12/2021		31/12/2021
Resultado financeiro	41.479	(2.779)	38.700
(=) Resultado operacional	4.103	(2.779)	1.324
(=) Resultado antes dos impostos e participações	4.082	(2.779)	1.303
Imposto de renda	25	694	719
Contribuição social	41	417	458
Lucro líquido do exercício	3.259	(1.668)	1.591

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa (Disponível)

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

2.4 Ativos financeiros

Classificação
A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são contabilizados ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante.

Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.

A Seguradora não utiliza em suas operações instrumentos financeiros derivativos de caráter especulativo.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda não são derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados no ativo não circulante, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem as operações de assistência financeira, prêmios e títulos e créditos a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

O valor justo é estabelecido com base em modelo de precificação desenvolvido pelo

custodiante, que considera fatores de risco, incluído o risco de crédito do emissor.

(ii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iii) Recuperabilidade de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Seguradora avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Os critérios que a Seguradora adota para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
- desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
- dados indicando que há redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Seguradora mensura o prejuízo. Nesta circunstância o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado. A provisão para perdas sobre créditos é constituída segundo a análise das perdas prováveis sobre créditos a receber vencidos acima de 60 dias para contratos de pessoa jurídica. Foi avaliada a recuperabilidade (*impairment*) destes ativos em 30 de junho de 2021.

Mediante avaliações, a Seguradora entende que provisão para perdas sobre créditos em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas.

2.5 Ativos não circulantes

Realizável a longo prazo

É demonstrado pelos valores de realização ou liquidação, inclusive, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, auferidos até a data do balanço.

2.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças temporárias tributáveis, ou seja, sobre as diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo for recuperado. Basicamente constituído sobre diferenças temporárias relativas à provisão para perdas sobre créditos; contingências fiscais, previdenciárias, civis e trabalhistas e provisões diversas, conforme destacado na Nota 9.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base na projeção de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem sofrer alterações.

2.7 Depósitos judiciais

A Seguradora reconhece como depósitos judiciais os bloqueios bancários transferidos para juízo, até o desfecho do processo relacionado, de acordo com as informações advindas do departamento jurídico.

2.8 Investimentos

Registrados pelo custo de aquisição, composto principalmente por ações da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e obras de arte.

2.9 Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, composto principalmente por equipamentos e móveis e utensílios.

As depreciações foram efetuadas pelo método linear, levando-se em consideração o prazo de vida útil dos bens às taxas anuais de 4% para imóveis, 10% para móveis e utensílios, 20% para equipamentos de processamento de dados.

2.10 Intangível

Registrado pelo custo de aquisição e amortizado pelo método linear, levando-se em consideração o prazo determinado pela legislação vigente. Este grupo está representado por licenças de

»CONTINUAÇÃO

aos riscos em vigor de prêmios ainda não emitidos pela Seguradora. Seu valor corresponde a uma estimativa média dos valores calculados de PPNG, tomando por base os dados de prêmios emitidos em atraso dos últimos 3 (três) meses imediatamente anteriores à data base de cálculo, alocados pela sua devida competência atuarial.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): constituída conforme NTA específica, com o objetivo de dar cobertura aos sinistros avisados e ainda não liquidados, cuja metodologia está segregada entre sinistros administrativos e judiciais. No caso das demandas judiciais, o critério está vinculado aos riscos de perda das ações e estimativas de desembolsos, conforme classificação e acompanhamento de sua área jurídica.

Provisão de IBNER: constituída com o objetivo de ajuste do saldo da PSL, quando necessário, em função dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados, cuja necessidade é verificada por metodologia balizada nos resultados dos testes de consistência da PSL, priorizando a observação de períodos mais pretéritos, devidamente previsto em Nota Técnica Atuarial.

Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR): constituída conforme NTA específica, com o objetivo de dar cobertura ao montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data base de cálculo. A metodologia para seguros de pessoas está baseada na estimativa dos percentuais médios de atraso, obtidos através do triângulo de *Run-Off*, relativo a modalidade de IBNR Puro (valores não avisados), considerando uma base de dados entre as datas de aviso e ocorrência, conforme a característica de cada ramo. A metodologia para planos de pecúlio segue o modelo clássico do triângulo de *Run-Off*, que considera os dados de avisos e ocorrências dos sinistros ocorridos nos últimos 48 meses, cujo valor constituído refere-se à média dos valores apurados nos "n" últimos meses. O modelo permite que a IBNR constituída esteja aderente aos resultados dos testes de consistências.

Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): constituída conforme NTA específica, com o objetivo de dar cobertura aos valores destinados a devoluções de prêmios e resgates a regularizar, cuja metodologia está segregada entre provisão administrativa e judiciais.

Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): constituída conforme NTA específica, com o objetivo de dar cobertura às despesas relacionadas ao pagamento de indenizações com sinistros, inclusive na esfera judicial, cuja metodologia está segregada entre sinistros ocorridos e a ocorrer, administrativos e judiciais.

Provisão de Excedentes Técnicos (PET): constituída exclusivamente em seguros de pessoas coletivas, conforme NTA específica, com o objetivo de dar cobertura aos valores destinados à distribuição de excedentes, decorrentes de superávits técnicos na operacionalização dos contratos de seguros que prevejam especificamente a cláusula de distribuição de excedente técnico.

Provisão Complementar de Cobertura (PCC): será constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos – TAP, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor, cujos resultados apurados na presente data base demonstram a necessidade de constituição de PCC-PMBC para os planos de renda em previdência complementar.

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): constituída exclusivamente para planos de previdência complementar, cujo valor corresponde aos compromissos assumidos com beneficiários que se encontram em gozo de benefícios de renda, cujo objetivo é dar cobertura ao pagamento destes compromissos. Os parâmetros de cálculo consideram a tábua AT-1949 para o plano de aposentadoria e CSO-1958 para pensão. Para ambos os planos se utiliza o método prospectivo e a taxa de juros de 6% ao ano ou seu equivalente mensal de 0,4867551%.

Teste de Adequação dos Passivos (LAT - Liability Adequacy Test)
Conforme requerido pelo CPC 11 e previsto no normativo em vigor pela SUSEP, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de sua execução. Este teste é realizado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11, deduzidos, se for o caso, dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados às provisões técnicas, em conformidade com as normas específicas. Para realização do teste, a Seguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se de premissas correntes para aplicação. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades (ou características de risco similares), e, consequentemente, de como os respectivos riscos de seguro são gerenciados pela administração, cujos valores são trazidos à data presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco, de onde se calcula o resultado parcial de cada um destes grupos, e, consequentemente, se extrai o resultado final do TAP. Para os produtos de previdência também classificados como contratos de seguro, cuja grande concentração está nos planos de pecúlio/RS, tendo apenas riscos residuais nos benefícios de renda, a Seguradora elaborou uma metodologia que leva em consideração elementos que impactam diretamente o fluxo de caixa dos referidos contratos, tais como, taxas de sobrevivência/mortalidade, estatísticas de cancelamento e opções de resgate.

Os resultados e as conclusões em relação aos testes realizados na data base de 31 de dezembro de 2021 estão expostos na Nota 18.4.

2.14 Obrigações a pagar

São obrigações a liquidar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base "pro - rata").

2.15 Impostos e contribuições

(a) Imposto de renda e contribuição social
As provisões para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro foram constituídas com base no Lucro Líquido Ajustado, de acordo com a legislação vigente, à taxa nominal de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e à taxa nominal de 15% para a contribuição social. Em 14 de julho de 2021, entrou em vigor a Lei nº 14.183/21 que altera a Lei nº 7.689/88, que instituiu a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a qual elevou a alíquota dessa contribuição de 15% para 20% nas pessoas jurídicas de seguros privados, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

(b) Demais obrigações

Incluem as provisões para o Programa de Integração Social (PIS), e para a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) os quais são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente. A provisão para PIS é constituída à alíquota de 0,65% e a COFINS à alíquota de 4,0%, ambas sobre os prêmios de seguros e previdência deduzidos de eventos indenizáveis.

2.16 Provisões contingentes e obrigações legais

Provisões contingentes são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos de natureza cível utiliza-se o método de melhor estimativa, considerando-se as médias de valores pagos, o período de apuração dos pagamentos e o seu objeto processual.

Os demais passivos contingentes classificados como perda possível não são registrados, mas são divulgados em nota explicativa e os assuntos classificados como perda remota não são provisionados, porém são divulgados pela administração quando relevantes.

As obrigações legais são provisionadas independentemente da opinião de êxito dos assessores jurídicos.

2.17 Reconhecimento das receitas e despesas

- As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.
- Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização contabilizados por ocasião da emissão da apólice futura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.
- As contribuições de previdência são reconhecidas de acordo com a emissão do certificado ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e ajustadas por meio da variação das provisões.
- As operações de retrocessões são registradas em função dos valores informados pelo Instituto de Resseguros do Brasil-IRB, abrangendo prêmios e provisão de sinistros a liquidar.
- As receitas de assistência financeira a participantes são reconhecidas de acordo com o prazo de vigência do contrato.
- As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.

2.18 Benefícios a empregados

As provisões trabalhistas, principalmente relativas às férias e aos respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência. A Seguradora não concede plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem remuneração baseada em ações. Ainda aos colaboradores desligados por iniciativa da empresa é permitida a continuidade no plano de saúde, limitado a dois anos, com custo integral por parte do ex-colaborador.

2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida com um passivo nas demonstrações financeiras, com base no Estatuto Social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.20 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data

de emissão das demonstrações financeiras da Seguradora, estão descritas a seguir:

Normas que entrarão em vigor nos exercícios seguintes:

IFRS 9 (CPC 48) – Substitui as orientações existentes no CPC 38 e introduz novas exigências sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo novo modelo de perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*.

IFRS 17 (CPC 50) – Substitui a orientação que existe atualmente sobre o reconhecimento das operações de Seguros.

IFRS 23 (CPC 22) – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Renda – Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do IAS 12/CPC 32, nos casos em que existe incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos.

Resolução CNSP 432/2021 – Substitui a Resolução CNSP 321/2015.

Circular Susep 648/2021 -Substitui a Circular Susep 517/2015.

A Seguradora pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador.

Tendo em vista que algumas normas citadas acima não foram aprovadas pela SUSEP, não obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras do exercício corrente.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, imposto de renda e contribuição social diferidos, avaliação sobre a recuperação dos valores registrados nas provisões para contingências. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente onde a administração mais exerce seu julgamento e se utiliza de estimativas, é na constituição dos passivos de seguros da Seguradora, especialmente os judiciais, os quais são administrados pela área jurídica interna. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora liquidará em última instância, a qual utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis, considerando a experiência passada e os indicadores que possam influenciar nas tomadas de decisões da área jurídica, da administração, dos atuários e de seus especialistas para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa de valor para liquidação dos sinistros de cujos contratos o evento segurado já tenha ocorrido, bem como para liquidação das solicitações de devoluções de contribuições e de resgates. Como consequência, para tais obrigações, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados em datas futuras. Vide política contábil divulgada na Nota 4.1 sobre gestão de risco de seguro e análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas na avaliação destes passivos.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões passivas contingentes

A Seguradora é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração da Seguradora para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica da Seguradora em conjunto com profissionais especializados.

(c) Provisão (Impairment) para riscos de crédito sobre assistência financeira

A administração usa estimativas baseadas no histórico de perda em ativos com características de risco de crédito e evidência objetiva de *impairment* similar aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros. A administração examina sua carteira de assistência financeira com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês.

4 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.

4.1 Gestão de risco de seguro

A Seguradora atua junto ao mercado com produtos de seguro de pessoas, na modalidade coletiva, e planos de previdência complementar aberta, em especial o pecúlio, os quais são direcionados para pessoas físicas, jurídicas e empresas públicas, cujo objetivo é atender seu público-alvo, inclusive por meio de assistência financeira. Seu modelo é tido como de baixo risco, considerando as taxas de sinistralidades aferidas por seus produtos.

Nos seguros coletivos de Acidentes Pessoais-APC e Vida, opera basicamente com contratos de vigência anual, assim como no Funeral, entretanto as renovações dos seguros APC estão seguindo, precipuamente, prazos quinquenais.

As políticas de subscrição de riscos são definidas pela diretoria, com apoio do departamento técnico, que atuam de forma centralizada, onde os setores técnicos, sinistros e benefícios são os responsáveis em auxiliar na identificação, monitoramento e mitigação destes riscos de subscrição.

A Seguradora vem operando resseguro na modalidade "quota-parte" junto aos ramos APC e Funeral, por período indeterminado, junto à resseguradora admitida SCOR Brasil Resseguros S.A, categoria de risco AA-, de acordo com avaliação da Standard&Poor's, cujo volume é imaterial frente a totalidade de sua carteira. Sua operação está ativa com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A, na modalidade de cosseguro cedido, onde cada parte é responsável direta por uma "quota-parte" determinada de 50% do valor do seguro, sem entrada de novos clientes desde início de 2020. A Seguradora vem ampliando o seu portfólio de produtos, sem cosseguro e sem resseguro, ofertando diversas coberturas de seguro de pessoas e ampliando o leque de serviços de assistência complementares ao seguro.

A Seguradora define risco de seguro como aquele transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra, podendo haver, inclusive, oscilação e incerteza sobre o valor da indenização resultante deste evento. Para a quase totalidade dos seus contratos de seguro, cujos riscos são incertos, onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco deles é aquele proveniente dos sinistros avisados, em situações em que os pagamentos das indenizações resultantes desses eventos possam exceder ao valor contábil de seus passivos atuariais. Essas situações são possíveis quando a ocorrência de sinistros superar as estimativas previstas na metodologia de cálculo das provisões, ou oriundo de ações judiciais, quando a Seguradora é compelida a pagar indenizações maiores que o valor contratado ou que a sua previsão inicial. O histórico demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos sinistros.

A sua estrutura de gestão de riscos considera a similaridade dos riscos transferidos pelos seus contratos nos ramos em que opera, bem como a experiência acumulada ao longo dos anos para lidar com os riscos ao qual está inserida, sendo que seus segmentos de gestão estão estruturados em Seguros de pessoas (ramos coletivos) e Previdência complementar. A Seguradora mantém-se atenta quanto ao treinamento geral a seus funcionários, principalmente no que tange aos aspectos de controles internos, e, em relação ao seu pessoal de vendas, procura monitorar a qualidade dos negócios propostos pelos corretores e escritórios regionais, a fim de avaliar e melhorar o seu desempenho.

Sobre os produtos:

(a) Seguros de pessoas - coletivos

A Seguradora tem sua força de operação fixada nos seguros de vida coletivos, que oferecem principalmente as coberturas de morte por acidente e morte por qualquer causa, concentradas nos ramos Acidentes Pessoais e Coletivos de Vida, além do Funeral.

(b) Previdência complementar

A Seguradora vem operando apenas com planos de pecúlio, estruturados em repartição simples (RS), os quais preveem o IGP/FGV como indexador, carregamento de 30%, um deles estruturado com a tábua SGB-75 e o outro com a CSO-80(M). A Seguradora, porém, possui riscos em vigor, mesmo que residuais, no plano de pensão referentes a contratos mais antigos. Os controles dos riscos de subscrição são os mesmos utilizados nas operações dos seguros de pessoas coletivos.

Concentração de risco e análise de sensibilidade

Seguros de pessoas coletivos: este segmento respondeu por 77,2% dos prêmios auferidos em 2021, com uma arrecadação na rubrica de prêmios diretos de R\$ 134,5 milhões, o qual havia atingido 79% no mesmo período de 2020, quando arrecadou R\$ 142 milhões. Esta carteira atingiu aproximadamente 404,2 mil vidas seguradas em 2021, destacando-se os ramos de Acidentes Pessoais Coletivos (0982) com 341,6 mil, Vida em Grupo com 1,2 mil e o Funeral com 61,2 mil vidas.

Previdência complementar: participou com 22,8% da arrecadação de 2021, quando obteve R\$ 29,6 milhões de contribuições arrecadadas, praticamente toda concentrada em pecúlio. Já em 2020 este segmento havia atingido 21,1% da arrecadação, que foi de R\$ 27,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2021 havia 97,8 mil contratos vigentes no plano de Pecúlio, 96 no de Pensão e nenhum risco vigente no seguro de Vida Individual.

A garantia das operações vinculadas a todos os seus planos é dada pelas provisões constituídas, além da gestão técnica que é feita entre receitas e despesas, com vistas a manter-se o controle de suas obrigações com os sinistros. Esta política tem como característica principal o reinvestimento de recursos próprios em ativos do mercado financeiro, em modalidades conservadoras, bem como nos serviços de assistência financeira que são prestados aos participantes. Em relação à receita de planos da Seguradora, os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Abaixo se divulga a arrecadação de prêmios emitidos do grupo de Pessoas Coletivas, e de contribuições dos Planos de Previdência.

Grupos	Prêmios auferidos 2021	Prêmios auferidos 2020
Pessoas Coletivo	100.197	103.054
Previdência	29.619	27.408

Com vistas a se divulgar o parâmetro de concentração de riscos por região geográfica, considerou-se o agrupamento das UF's com base nas regiões constantes do normativo de Capital Mínimo Requerido, e se optou por apresentar a distribuição dos prêmios diretos e o respectivo percentual de risco de cada uma destas regiões, conforme quadro abaixo. A análise dos dados demonstra uma redução de 5,3% na arrecadação em relação ao mesmo período de 2020, cujos riscos estão totalmente concentrados na região Sul.

Distribuição por emissor do Risco	2021		2020	
	Prêmios Diretos	Concentração de Risco	Prêmios Diretos	Concentração de Risco
Região 8 (RS, SC e PR)	134.493	100,00%	140.434	98,9%
Demais Regiões do Brasil	0	0,00%	1.603	1,1%
Total	134.493	100,00%	142.037	100,0%

Análise de Sensibilidade

Com o objetivo de analisar a sensibilidade nos resultados da Seguradora, frente à oscilação em algum de seus parâmetros técnicos, optou-se em realizar o teste junto à premissa de sinistros, verificando seu impacto no resultado e no patrimônio líquido contábil de 31 de dezembro de 2021, pois índice de conversibilidade, taxa de juros, inflação e excedente financeiro, considerando a característica dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida para este contexto. Segue os índices de sinistralidade observados em 2021 e 2020:

Grupos	2021	2020
Pessoas Coletivo	6,79%	5,19%
Plano de Pecúlio	33,70%	20,56%

Para o teste de sensibilidade, considerando-se o histórico dos últimos períodos, vamos agravar em 10% as rubricas contábeis de despesas com sinistros de Pessoas Coletivo e de Pecúlio, considerando que os parâmetros atingidos em 2021 já foram mais elevados do que em períodos anteriores, verificando, a partir destes agravos, os reflexos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários:

Premissas dos testes de sensibilidade	Impacto no resultado e no patrimônio líquido	
	2021	2020
Agravamento de 10% nos sinistros de Pessoas Coletivo	(341)	(1.062)
Agravamento de 10% nos benefícios de Pecúlio	(650)	(734)

O processo utilizado pela Administração para determinação das premissas atuariais e financeiras, consiste na identificação do risco que se pretende segurar e do valor máximo em risco, além da observação dos dados necessários para fins de tarifação e subscrição, considerando: a utilização de Tábuas Biométricas aprovadas pela legislação e o fato de que a base de dados é composta por informações referentes a um período concernente com as apólices com riscos em vigor.

Com vistas a se verificar os reflexos do teste de sensibilidade nos resultados do TAP, recalculou-se os fluxos novamente, considerando os parâmetros de agravamento da sinistralidade mencionados, cujos grupos mais sensíveis a oscilações seriam os de Seguros e Pecúlio - Eventos Não Ocorridos de Prêmios Registrados e Prêmios Não Registrados, os quais apresentaram os resultados da tabela a seguir:

GRUPOS	VP dos fluxos de caixa do TAP normal	Recálculo do VP dos fluxos de caixa de sensibilidade	Provisões técnicas em 31/12/2021	Comissões diferidas e/ou ativos intangíveis	Recálculo dos Resultados Vls p/R\$ 1.000
Seguros Eventos Não Ocorridos PR	19	20	461	6	(435)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PR	1.533	1.685	1.956	0	(271)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PR	889	978	2.840	0	(1.862)
Seguros+Pecúlio Eventos Não Ocor PR	2.441	2.683	5.257	6	(2.568)
Seguros Eventos Não Ocorridos PNR	(60.215)	(59.495)	0	0	(59.495)
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	1.860	5.492	0	0	5.492
Pecúlio Eventos Não Ocorridos PNR	(13.022)	(10.674)	0	0	(10.674)
Seguros+Pecúlio Eventos Não Ocor PNR	(71.377)	(64.677)	0	0	(64.677)

Como conclusão do teste de sensibilidade, o VP resultante do recálculo dos fluxos de caixa do TAP sofreria um incremento de R\$ 242 mil (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PR) e de R\$ 6,7 milhões (Seguros e Pecúlios de Eventos Não Ocorridos - PNR) em relação ao VP das projeções normais, entretanto, conforme o quadro acima, mesmo que ocorressem tais agravamentos, não seria necessário se estabelecer provisionamento complementar para os respectivos grupos testados acima.

4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pela Seguradora está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele:

Metodologia do Stress Test do Sistema Sophis: O stress determinista utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%.

Para o cálculo do Value At Risk (VAR) e Stress das carteiras da Sabemi, as equipes de Risco dedicadas do Itaú Asset e XP Investimentos, estabelecem cenários internos próprios para determinados fatores de risco.

Na aplicação no Fundo RESTEC do Itaú, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,011% com base em consumo limite de 7,07% e Stress PL diário de -0,060% com consumo limite de 5,99%. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento.

Na aplicação para o Fundo XP Reserva Técnica, por ser composto em sua totalidade somente por LFTs e caixa, o VaR calculado para o fundo é zero pois no modelo adotado para cálculo de volatilidade, o EWMA, que dá peso maior às oscilações mais recentes dos fatores de risco, não tem detectado oscilações significativas nos fatores de risco atrelados às taxas de ágio e deságio das LFTs presentes no fundo atualmente, o Stress Test também não contempla choques nas taxas de ágio/deságio em LFTs.

Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Seguradora na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado para o cálculo de risco do Fundo.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descasamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento da Seguradora.

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa da Seguradora é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

(c) Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A política de assistência financeira da Seguradora considera o nível de risco de crédito a que está sujeito as peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação online. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira.

CONTINUAÇÃO

A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na Nota 6.4.4.

4.3 Gestão de risco de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP. A estratégia e o modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capitais regulatórios" e "capital econômico" de acordo com a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

A estratégia de gestão de risco de capital é maximizar o valor do capital da Seguradora mediante a otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

No primeiro semestre de 2021, como já explanado na Nota explicativa 2.1, através do Ofício Eletrônico Nº 4/2021/CFIP2/CGFIP/DIR4/SUSEP, o órgão regulador determinou a reversão de todas as receitas e despesas registradas nas operações de securitização, determinando seu diferimento no prazo remanescente dos recebimentos dos créditos. O registro das despesas foi reclassificado como Despesas Antecipadas, impactando substancialmente os Ajustes contábeis, considerados no cálculo do Patrimônio líquido ajustado (PLA) em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado), resultando em uma insuficiência de PLA, absolutamente excepcional e em decorrência dos ajustes recomendados pela Susep.

Adequação de capital

Conforme Resolução CNSP nº 432/21 segue demonstrado abaixo o cálculo de adequação do capital, da Seguradora, apurado em 31 de dezembro de 2021:

	Reapresentado	
	2021	2020
Patrimônio Líquido	65.334	70.628
(-) Participação em sociedades financeiras e não financeiras	(244)	(243)
(-) Despesas antecipadas	(16.615)	(92.958)
(-) Créditos tributários de diferença temporárias	(3.007)	(3.283)
(-) Ativos intangíveis	(105)	(179)
(-) Obras de arte (Outros investimentos)	(32)	(32)
(-) Ajustes contábeis	(20.003)	(96.695)
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	3.029	5.266
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	1.546	1.731
(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	4.575	6.997
PLA de nível 1	40.022	
PLA de nível 2	4.575	
PLA de nível 3	5.309	
PLA – soma de PLA nível 1 + PLA nível 2 + PLA nível 3 (i)	49.906	
(-) Ajuste de excesso de PLA de Nível 2 e PLA de Nível 3 (ii)	(803)	
PLA (total) aceito para cobertura do CMR – soma de (i) e (ii)	49.103	(19.070)

Capital Mínimo Requerido (CMR)

a) Capital base (I)	8.100	15.000
b) Capital de risco (CR)	30.043	83.222
(+) Capital adicional de risco de subscrição	21.053	22.133
(+) Capital adicional de risco de crédito	5.121	64.787
(+) Capital adicional de risco operacional	324	326
(+) Capital adicional de risco de mercado	12.132	13.240
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(8.587)	(17.264)

Capital mínimo requerido (maior entre a e b)	30.043	83.222
CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	30.043	0
Suficiência/Insuficiência de PLA	19.060	(102.292)

Conforme demonstrado acima, em dezembro de 2020 a Sabemi Seguradora demonstrou insuficiência de PLA no montante de R\$ 102.292. Essa insuficiência é oriunda da exigência da Susep do diferimento de despesas com assistência financeira, que gerou uma despesa antecipada de R\$ 92.958, que afeta negativamente o cálculo do PLA, bem como o reconhecimento dos ativos de direitos creditórios cedidos que afetam o risco de crédito da seguradora e como consequência, o aumento do capital de risco. Por outro lado, como o limite de eventuais perdas no processo de securitização é o montante das cotas subordinadas existentes em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 123.263 mil e estas estavam registradas em empresas do Grupo Sabemi consideradas como partes relacionadas e não na Sabemi Seguradora (entidade que reporta), se estas fossem levadas em consideração no cálculo do Patrimônio líquido ajustado (PLA) o mesmo ficaria positivo em R\$ 104.193 mil e a suficiência do PLA ficaria em R\$ 20.971 mil. Da mesma forma, em decorrência da recomendação da Susep de reconhecer os direitos creditórios securitizados com retenção de riscos, no cálculo do Patrimônio líquido ajustado (PLA) levou-se em consideração apenas os direitos creditórios securitizados, contudo sem levar em consideração as fontes de financiamentos que suportaram o surgimento destes créditos – registrados como Receitas Antecipadas no valor de R\$ 93.677 mil. Se as mesmas fossem levadas em consideração o Patrimônio líquido ajustado (PLA), em 31 de dezembro de 2020, seria de R\$ 74.607 mil.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	6	5
Depósitos bancários à vista	3.363	11.194
Equivalente de caixa (i)	16.527	35.932
	19.896	47.131

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimentos, com liquidez diária. São fundos constituídos, na maioria, por títulos públicos.

6. Ativos financeiros

6.1 Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação são os seguintes:

	2021		2020	
	Custo Atualizado	Valor de mercado	Custo Atualizado	Valor de mercado
Cotas de fundos de Investimento (a)	30.698	30.698	31.804	31.804
Total de títulos para negociação	30.698	30.698	31.804	31.804

Em 31 de dezembro de 2021 a Seguradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo.

(a) Cotas de Fundos de Investimento

	2021	2020
Cotas de fundos de investimento		
Winnetou FI RF Fator (i)	-	81
Itaú Restec TP RF Aberto	15.359	31.723
XP Reserva Técnica FI RF	15.359	
	30.698	31.804

A Expectativa de remuneração das cotas de fundo de investimento é de 100% do CDI (i) Referem-se a aplicações financeiras bloqueadas por decisão judicial, portanto classificadas no ativo não circulante.

6.1.1 Abertura da carteira por prazo de vencimento:

Ativo financeiro	2021	2020
Cotas de Fundos de Investimentos		
Sem vencimento	30.698	31.804
	30.698	31.804

De acordo com normatização da SUSEP (Circular 517/15 e alterações posteriores), os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação (ativos financeiros a valor justo por meio do resultado), são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.

6.2 Ativos financeiros disponíveis para venda

Não há cotas subordinadas ordinárias emitidas pelo fundo de investimentos em direitos creditórios em 2021.

(a) FIDC Angá Sabemi Consignados XI

No 1º semestre de 2021 foi constituído através do instrumento particular de contrato de promessa de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Angá Sabemi Consignados XI (Cessionário), juntamente com a Angá Administração de Recursos Ltda. (Gestor), Sabemi Seguradora S.A. (Cedente), Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Administradora) e Banco Itaú BBA S.A. (Distribuidor). A Seguradora participava no Patrimônio do FIDC Angá Sabemi Consignados XI, com 25% das cotas subordinadas ordinárias emitidas. O Fundo iniciou suas atividades em maio de 2021.

Em novembro de 2021 foram vendidas para terceiros todas as cotas zerando a participação da Sabemi Seguradora nesse fundo.

Movimentação das cotas:

Fundo	Saldo líquido cotas em 31/12/2020	Aquisição	Venda	Saldo líquido cotas em 31/12/2021
FIDC Angá Sabemi XI	-	18.456	18.456	-
Total	-	18.456	18.456	-

6.3 Informações adicionais das aplicações financeiras

6.3.1 Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. A Seguradora classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

- (a) (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) (Nível 2) *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- (c) (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

As aplicações são compostas de 100% de Cotas de fundos de investimentos (2020 – 100%) e 0% de Cotas de FIDC (2020 – 0%).

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Seguradora mensurados a valor justo:

	2021	2020
	Nível 2	Nível 2
Ativos mensurados a Valor Justo		
Cotas de Fundos de Renda Fixa	30.698	31.804
	30.698	31.804

A Seguradora não possui instrumentos financeiros classificados nos Níveis 1 e 3 da hierarquia do valor justo.

6.3.2 Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	31.804	47.017
Aplicações	44.497	1.425
Resgates	(47.303)	(17.894)
Rendimentos	1.700	1.256
Saldo final	30.698	31.804
Total de aplicações	30.698	31.804
Circulante	30.698	31.722
Não circulante	-	82

6.4 Empréstimos e recebíveis

6.4.1 Créditos das operações com seguros e resseguros

	2021	2020
Prêmios a receber		
Prêmios diretos	54	1
Prêmios Riscos Vigentes Não Emitidos	674	-
Operações com Seguradoras		
Cosseguro cedido	136	183
	864	184

Composição por idade

As composições de créditos de operações de seguros (prêmios a receber) por idade de vencimento em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
A vencer até 30 dias		
Total	728	1
Prêmios a receber	728	1
Provisão para riscos sobre crédito (*)	-	-
Saldo	728	1

(*) A provisão para riscos sobre créditos é constituída quando o período de inadimplência supera os sessenta dias da data do vencimento do crédito, conforme prevista na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Movimentação dos prêmios a receber

	2021	2020
Saldo inicial	1	1.973
(+) Prêmios emitidos	166.051	169.444
(-) Prêmios cancelados	(28.312)	(26.290)
(-) Recebimentos	(137.687)	(145.126)
(+) Prêmios Riscos Vigentes não Emitidos	4.526	-
(-) Prêmios cancelados Riscos Vigentes não Emitidos	(3.851)	-
Saldo final (i)	728	1

(i) Em 2020 houve mudança nos vencimentos das faturas, sendo feitas dentro do próprio mês. A partir de 2021, a Seguradora passou a calcular prêmios de RVNE.

6.4.2 Créditos das operações com previdência complementar

A partir do exercício de 2013, a Seguradora passou a registrar as operações de previdência complementar utilizando-se de contas de ativo ("Valores a receber"), apresentando o saldo de R\$ 4.799 (2020 – R\$ 4.448), para posterior baixa em contrapartida da conta "Depósitos de terceiros". A provisão para riscos sobre créditos é constituída quando o período de inadimplência supera os sessenta dias da data de vencimento do crédito, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2021 a seguradora não apresentava créditos a receber vencidos a mais de 60 dias, portanto, não foi constituída provisão para riscos sobre créditos.

6.4.3 Outros créditos operacionais

O saldo de R\$ 0 (2020 – R\$ 41) refere-se a valores a receber administrados pela Seguradora Líder – DPVAT.

6.4.4 Títulos e créditos a receber

Composto da seguinte forma:

	Reapresentado	
	2021	2020
Circulante		
Títulos e créditos a receber		
Créditos a receber - partes relacionadas (Nota 19) (i)	12.279	6.439
Créditos a receber – acordo operacional cosseguro Seguradora Zurich	1.953	2.091
Títulos de capitalização	305	1.034
Estipulantes de seguros	-	298
Créditos a receber	2.036	6
	16.573	9.868
Créditos tributários e previdenciários		
IRRF a recuperar	60	27
IRPJ a recuperar	2.446	1.148
CSLL a recuperar	1.547	639
Contribuições previdenciárias a recuperar	-	232
	4.053	2.046
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (I)	46.975	306.144
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (II)	(31.472)	(94.951)
	15.503	211.193
Outros créditos		
Adiantamento administrativo	238	177
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	671	857
	909	1.034
Total do circulante	37.038	224.141
Não circulante		
Assistência financeira a participantes		
Assistência financeira a participantes (I)	11.621	876.771
Provisão para riscos de crédito sobre assistência financeira (II)	(1.473)	(52.039)
	10.148	824.732
Total do não circulante	10.148	824.732

(i) Os valores a receber referem-se a acordo operacional de consignação em folha e comissões pagas sobre serviços de divulgação, prospecção e manutenção de novos clientes. Os saldos da assistência financeira a participantes e respectivas cessões de crédito, classificados em outros créditos, estão demonstrados a seguir:

	Circulante		Não circulante	
	Reapresentado 2021	Reapresentado 2020	Reapresentado 2021	Reapresentado 2020
Garantia de averbação				
Garantia de averbação	755.499	897.812	2.023.275	2.693.719
Cessão de crédito- FIDC Angá VI	(96.122)	-	(42.136)	-
Cessão de crédito- FIDC Angá VII	(138.311)	(140.753)	(424.752)	(482.688)
Cessão de crédito- FIDC Angá VIII	(47.954)	-	(53.970)	-
Cessão de crédito- FIDC Angá IX	(53.095)	-	(115.157)	-
Cessão de crédito- FIDC Angá X	(88.220)	-	(244.518)	-
Cessão de crédito- FIDC Angá XI	(151.075)	-	(738.999)	-
Cessão de crédito- FIDC Multiestratégia	(54.950)	(87.708)	(132.202)	(305.283)
Cessão de crédito- FIDC Multiestratégia II	(37.305)	(65.472)	(96.712)	(234.858)
Cessão de crédito- FIDC Danúbio	(40.233)	(66.203)	(151.295)	(310.828)
Cessão de crédito- Mono Cota	(599)	(1.556)	(3.184)	(10.448)
Cessão de crédito- Press II	(862)	-	(2.735)	-
Antecipação de contratos cedidos	3.048	-	-	-
	49.821	536.120	17.615	1.349.614
	2021	2020	2021	2020
Receitas a apropriar				
Receitas a apropriar	(312.468)	(434.034)	(680.229)	(970.527)
Cessão de crédito- FIDC Angá VI	14.672	-	6.980	-
Cessão de crédito- FIDC Angá VII	64.066	75.371	141.030	176.197
Cessão de crédito- FIDC Angá VIII	13.233	-	12.403	-
Cessão de crédito- FIDC Angá IX	21.562	-	34.743	-
Cessão de crédito- FIDC Angá X	40.703	-	79.134	-
Cessão de crédito- FIDC Angá XI	92.594	-	275.725	-
Cessão de crédito- FIDC Multiestratégia	23.313	48.537	39.776	108.935
Cessão de crédito- FIDC Multiestratégia II	16.560	36.578	28.866	82.612
Cessão de crédito- FIDC Danúbio	22.057	42.342	53.280	124.790
Cessão de crédito- FIDC Mono Cota	421	1.230	1.444	5.150
Cessão de crédito- FIDC Press II	441	-	854	-
	(2.846)	(229.976)	(5.994)	(472.843)
	46.975	306.144	11.621	876.771
Provisão para risco de crédito sobre assistência financeira (II)	(31.472)	(94.951)	(1,473)	(52.039)
Assistência financeira a participantes	15.503	211.193	10.148	824.732

As concessões de crédito de assistência financeira são efetuadas através de critérios de análise de risco, definidos pela administração da Seguradora.

	Receita Financeira		Securitização		Cessão	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
FIDC Angá III (i)	1.735	392	-			

CONTINUAÇÃO

Classificações Internas	Grupo	Descrição	Reapresentado		Provisão (i)
			2021	2020	
	AA	Adimplentes	5	734	0,05%
Com parcelas quitadas nos últimos 12 meses	A	1 a 12 Parcelas vencidas	148	13.354	5,79%
	B	13 a 24 Parcelas vencidas	129	3.587	5,57%
	C	25 a 36 Parcelas vencidas	298	3.266	11,50%
	D	Acima de 36 Parcelas vencidas	681	7.731	9,45%
	E	1 a 12 Parcelas vencidas	830	1.833	80,19%
Sem parcelas quitadas nos últimos 12 meses	F	13 a 24 Parcelas vencidas	2.165	22.821	90,98%
	G	25 a 36 Parcelas vencidas	5.121	19.548	89,90%
	H	37 a 48 Parcelas vencidas	8.180	20.689	88,78%
	I	Acima de 48 Parcelas vencidas	14.004	21.733	100%
	J	Suspensos	1.385	31.694	100%
Total			32.946	146.990	

(i) O percentual de provisão é aplicado para todo o saldo devedor do respectivo contrato. Frequentemente, a Administração válida o desempenho da classificação e de sua assertividade de provisão com relação a eventos reais de inadimplência e frente aos dados e informações disponíveis no mercado.

As classificações internas usadas estão associadas ao tipo de ativo sob análise, no caso, a assistência financeira em consignação na folha de pagamento. Este ativo tem apresentação historicamente recuperações de perdas até mesmo para contratos com até 48 parcelas vencidas e sem quitadas nos últimos 12 meses. A expectativa de recuperação se deve as características de recebimento do crédito consignado, entre elas:

- a. Recomposição salarial do participante recuperando novamente margem consignável;
- b. Refinanciamento do contrato de assistência financeira aproveitando a margem existente;
- c. Liquidação de contratos de dívidas em outras instituições pelo participante abrindo novamente margem consignável para outro contrato de assistência financeira ou retorno da cobrança do contrato inadimplente;
- d. Cobrança ativa e negociações via débito em conta e boletos.

Além disso, de forma conservadora, os contratos de assistência financeira cujo participante tenha falecido ou tenha sido exonerado do órgão estão 100% provisionados nos grupos I e J. As composições de créditos de operações com assistência financeira a participantes, por idade de vencimento, estão demonstradas a seguir:

	Reapresentado	
	2021	2020
A vencer até 03 meses	1.252	1.309
A vencer de 04 a 06 meses	1.210	330
A vencer de 07 a 09 meses	1.156	230
A vencer de 10 a 12 meses	1.095	1.594
A vencer acima de 12 meses	12.975	805.614
Vencidos em até 12 meses	4.339	198.507
Vencidos 13 - 24 meses	3.301	61.920
Vencidos 25 - 36 meses	4.008	41.059
Vencidos acima de 36 meses	29.260	72.353
Total	58.596	1.182.916

A Sabemi possui uma carteira de clientes altamente pulverizada. Não há clientes, individualmente ou em conjunto, que possuam representatividade relevante no saldo de assistência financeira a receber em aberto. Os 10 maiores clientes, em conjunto, representam apenas 1% da carteira total.

6.4.5 Impairment de ativos financeiros

Conforme metodologia mencionada na Nota 6.4.4, a Administração julgou adequado revisar semestralmente o método de estimativa do impairment de ativos financeiros.

A movimentação da provisão para perdas (impairment) sobre créditos de títulos a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	Reapresentado	
	2021	2020
Saldo inicial	146.990	124.218
Constituição de provisão para impairment	7.036	29.132
Reversão de impairment	(121.081)	(6.360)
Saldo final	32.945	146.990

Valores que são provisionados como perda para impairment são geralmente baixados (write-off) quando não há mais expectativa da Administração para recuperação do ativo financeiro. As demais classes de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis não contêm ativos classificados como impaired. A exposição máxima de risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

7 Despesas antecipadas

Composta por seguro garantia de processos judiciais e pró-labore diferido.

	Reapresentado	
	2021	2020
Seguro garantia	4.284	4.702
Pró-labore diferido	-	87
Contratos Up Front	6.509	-
Despesas de comissão diferidas (i)	-	88.168
Despesas de estruturação FIDC XI	5.822	-
Total despesas antecipadas	16.615	92.957
Curto Prazo	9.478	89.645
Longo Prazo	7.137	3.312

(i) Refere-se às Despesas de comissão reclassificadas das contas de Resultado para as contas do Ativo, de acordo com a determinação do Ofício Eletrônico Nº 4/2021 da Susep.

8 Depósitos judiciais

A rubrica Depósitos judiciais contempla os depósitos judiciais decorrentes de sinistros, questões fiscais, encargos trabalhistas e encargos sociais, demonstrados a seguir:

	Reapresentado	
	2021	2020
Depósitos judiciais - cíveis	4.801	4.863
Depósitos judiciais - fiscais	6	5
Depósitos judiciais - trabalhistas	286	369
Total	5.093	5.237

9 Imposto de renda de pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")

9.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base na projeção de resultados futuros tributáveis elaborada e fundamentada em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem sofrer alterações. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social até junho/2021. Conforme a Lei 14.183/21 a partir de julho/2021 a taxa nominal passa a ser de 20%, finalizando a majoração da taxa em 31 de dezembro de 2021.

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Reapresentado	
	2021	2020
Provisão para contingências fiscais	-	3
Total de créditos tributários	-	3
Provisão para contingências cíveis	7.231	6.996
Provisão para contingências trabalhistas	653	989
Provisão para contingências Procon e Susep	326	263
Bens arrendados - Imóveis	106	-
Total de créditos tributários de diferenças temporais	8.316	8.248
Total	8.316	8.251

Os créditos tributários são mantidos no ativo e foram constituídos nos termos da legislação em vigor (Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores). A Administração, com base em suas projeções futuras de resultados tributários e entre outros fatores estima a capacidade de realização, conforme as seguintes premissas:

Provisão para riscos sobre créditos: realização condicionada aos prazos legais para dedutibilidade, conforme Lei nº 9.430/96, depois de esgotados os recursos legais de cobrança. Eventuais recuperações ou redução da perda implicam a redução da provisão, gerando valores a serem excluídos da base tributável.

Provisão para causas judiciais: efetuada sobre processos, cuja estimativa de realização depende do trâmite do processo.

Estimativa de realização dos créditos tributários de diferenças temporais

Ano	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências Procon/Susep	Bens Arrendados / Imóveis	Total
2022	1.446	7	3	11	1.467
2023	1.302	7	3	21	1.333
2024	651	19	10	21	701
2025	940	59	30	21	1.050
2026	1.229	254	127	21	1.631
Em 2027 e após 2027	1.663	307	153	11	2.134
Total	7.231	653	326	106	8.316

Movimentação dos créditos tributários

Segue demonstração da movimentação do Imposto de renda e da Contribuição social diferidos:

	Reapresentado		
	2021	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro de 2020	2.844	1.706	4.550
Creditado à demonstração do resultado	3.492	2.095	5.587
Debitado à demonstração do resultado (i)	(1.179)	(707)	(1.886)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.157	3.094	8.251
Creditado à demonstração do resultado	1.313	922	2.235
Debitado à demonstração do resultado	(1.289)	(881)	(2.170)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.181	3.135	8.316

9.2 Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

	Reapresentado 2021		Reapresentado 2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição (i)	1.303	1.303	1.603	1.603
Participação no resultado	(889)	(889)	(826)	(826)
Inovações Tecnológicas	(2.644)	(2.644)	(2.050)	(2.050)
Total	(2.230)	(2.230)	(1.273)	(1.273)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25	20	25	15
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(558)	(335)	(318)	(191)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Juros sobre o capital próprio	(225)	(155)	(250)	(150)
Despesas indedutíveis	124	88	206	125
Receitas não tributáveis	(60)	(56)	(181)	(109)
Incentivos fiscais (PAT e outros)	-	-	(321)	-
Outros	-	-	(24)	-
Incentivos Fiscais Exercícios Anteriores	-	-	(747)	(471)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(719)	(458)	(1.635)	(796)
Corrente	(694)	(417)	678	591
Diferido	(25)	(41)	(2.313)	(1.387)

(i) O resultado do exercício foi ajustado de acordo com a determinação do Ofício nº 4/2021 da Susep (NE 2.1).

10 Investimentos

Os investimentos são compostos por obras de arte no valor de R\$ 32 (2020 - R\$ 32) e participação societária sem direito a influência significativa na Seguradora Líder Administradora de Seguros DPVAT no valor de R\$ 244 (2020 - R\$ 243).

11 Imobilizado

	Equipamentos, móveis e utensílios		Outras imobilizações		Total imobilizado
	2021	2020	2021	2020	
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	1.872	1	-	-	1.873
Aquisições	15	-	-	-	15
Baixas por venda	(21)	-	-	-	(21)
Baixas por obsolescência	(18)	-	-	-	(18)
Baixas da depreciação por venda	5	-	-	-	5
Baixas da depreciação por obsolescência	5	-	-	-	5
Depreciação	(467)	(1)	-	-	(468)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	1.391	0	-	-	1.391
Aquisições	25	-	-	-	25
Baixas por venda	(44)	-	-	-	(44)
Baixas por obsolescência	(13)	(12)	-	-	(25)
Baixas da depreciação por venda	8	-	-	-	8
Baixas da depreciação por obsolescência	13	12	-	-	25
Depreciação	(462)	-	-	-	(462)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	918	-	-	-	918

12 Intangível

	Desenvolvimento de sistemas e licença de uso de software		Total do intangível
	2021	2020	
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	147	147	147
Aquisições	100	100	100
Amortização	(68)	(68)	(68)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	179	179	179
Amortização	(74)	(74)	(74)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	105	105	105

13 Obrigações a pagar

O saldo de obrigações a pagar está assim representado:

	Reapresentado	
	2021	2020
Circulante	-	-
Fornecedores	1.949	1.955
Honorários, remuneração e gratificação a pagar	706	584
Sabemi Tecnologia (Nota 19)	2.135	2.227
Outras obrigações a pagar - Partes relacionadas (i)	67	1.095
Outras obrigações a pagar (ii)	1.721	10.751
Antecipação de contratos cedidos (iii)	3.048	-
Total do circulante	9.626	16.612

(i) Refere-se principalmente a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais de consignação em folha em que a Seguradora atua como correspondente e estipulante em administração de apólices com partes relacionadas (Nota 19).

(ii) Refere-se principalmente a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais de consignação em folha em que a Seguradora atua como correspondente.

(iii) Refere-se a contratos cedidos aos FIDCs que foram antecipados e serão repassados no mês seguinte.

14 Impostos e encargos sociais a recolher

O saldo de impostos e encargos sociais a recolher está assim representado:

	Reapresentado	
	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	515	384
Imposto sobre operações financeiras - IOF	654	-
Imposto sobre serviços retido na fonte - ISS	191	62
Instituto nacional de seguridade social - INSS	592	463
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	171	134
Outras retenções de terceiros	376	168
Total	2.499	1.211

15 Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos está assim representado:

	Reapresentado	
	2021	2020
Circulante	-	-
Empréstimo bancário (i)	233	378
Total do circulante	233	378
Não circulante	-	-
Empréstimo bancário (i)	-	233
Total do não circulante	-	233
Total	233	611

(i) A Seguradora contratou arrendamento financeiro e empréstimo relacionado à aquisição de equipamentos de informática e de comunicação.

Modalidade	Taxa	Prazo de amortização	Vencimento	Saldo devedor		2021 Não circulante
				Circulante	2020	
Financiamento	0,99	36 meses	26/07/2022	191	191	-
Financiamento	0,99	24 meses	21/10/2022	42	42	-
Total				233	233	-

Modalidade	Taxa	Prazo de amortização	Vencimento	Saldo devedor		2021 Não circulante
				Circulante	2020	
Financiamento	0,99	36 meses	26/07/2022	519	328	191
Financiamento	0,99	24 meses	21/10/2022	92	50	42
Total				611	378	233

16 Impostos e contribuições

O saldo de impostos e contribuições está assim representado:

	Reapresentado	
	2021	2020
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	460	475
Programa de integração social - PIS	75	77
IRPJ	695	417
CSLL	535	1.664

(i) Em 2020 a Seguradora teve o reconhecimento de créditos tributários de exercícios anteriores, efetuando a compensação com valores a recolher.

17 Depósitos de terceiros

» CONTINUAÇÃO

Previdência complementar: variação das provisões técnicas

Provisão	31/12/2021	31/12/2020
PPNG*	351	371
PMBC	(9)	(8)
PDR	(76)	9
IBNR	1.080	(666)
PSL	1.373	232
PVR	141	120
PCC	(23)	2
	2.837	60

*PPNG+RVNE

18.2 Garantias das provisões técnicas

Em garantia às provisões técnicas, encontram-se vinculados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aplicações financeiras e depósitos no IRB, em montante suficiente para cobrir as referidas provisões, conforme Resolução CMN nº 4.444/15 e alterações posteriores.

Ativos oferecidos em cobertura

	2021	2020
Fundos de investimento	30.698	31.722
Ativos oferecidos em cobertura	30.698	31.722
Total das provisões técnicas	27.899	24.555
Total a ser coberto	27.899	24.555
Suficiência de cobertura (Nota 4.3)	2.799	7.167

18.3 Comportamento da provisão de sinistros em anos posteriores aos anos de constituição
A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para sinistros a liquidar da Seguradora, denominada de tabela de desenvolvimento de sinistros:

Seguro de Pessoas Coletivo - Líquido de cosseguo e bruto de resseguro

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Saldo anterior (*)	4.986	4.490	5.881	6.040
Retidos	4.490	6.998	5.243	4.044
Exercício atual	4.272	4.910	2.382	3.840
Exercícios anteriores	218	2.088	2.861	204
Pagamentos	(4.986)	(5.607)	(5.084)	(3.805)
Exercício atual	(2.464)	(3.042)	(1.239)	(1.416)
Exercícios anteriores	(2.522)	(2.565)	(3.845)	(2.389)
Saldo final (*)	4.490	5.881	6.040	6.279

(*) Líquido de cosseguo e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas Coletivo - Administrativos

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Saldo anterior (*)	2.198	2.595	2.653	3.767
Retidos	4.787	5.461	4.798	2.968
Exercício atual	4.272	3.832	2.180	2.818
Exercícios anteriores	515	1.629	2.618	150
Pagamentos	(4.390)	(5.403)	(3.684)	(3.246)
Exercício atual	(2.464)	(2.931)	(898)	(1.208)
Exercícios anteriores	(1.926)	(2.472)	(2.786)	(2.038)
Saldo final (*)	2.595	2.653	3.767	3.489

(*) Líquido de cosseguo e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas Coletivo - Judicial

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Saldo anterior (*)	2.788	1.895	3.228	2.273
Retidos	(297)	1.537	445	1.076
Exercício atual	-	1.078	202	1.022
Exercícios anteriores	(297)	459	243	54
Pagamentos	(596)	(204)	(1.400)	(559)
Exercício atual	-	(111)	(341)	(208)
Exercícios anteriores	(596)	(93)	(1.059)	(351)
Saldo final (*)	1.895	3.228	2.273	2.790

(*) Líquido de cosseguo e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas Coletivo - Líquido de Cosseguo e líquido de Resseguro

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Saldo anterior (*)	4.948	4.481	5.857	6.039
Retidos	4.519	6.968	5.267	4.305
Exercício atual	4.300	4.911	2.406	4.085
Exercícios anteriores	219	2.057	2.861	220
Pagamentos	(4.986)	(5.592)	(5.085)	(3.805)
Exercício atual	(2.464)	(3.042)	(1.239)	(1.416)
Exercícios anteriores	(2.522)	(2.550)	(3.846)	(2.389)
Saldo final (*)	4.481	5.857	6.039	6.539

(*) Líquido de cosseguo e líquido de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas Coletivo - Administrativos

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Saldo anterior (*)	2.160	2.586	2.629	3.766
Retidos	4.816	5.431	4.822	2.939
Exercício atual	4.300	3.828	2.203	2.789
Exercícios anteriores	516	1.603	2.619	150
Pagamentos	(4.390)	(5.388)	(3.685)	(3.246)
Exercício atual	(2.464)	(2.931)	(898)	(1.208)
Exercícios anteriores	(1.926)	(2.457)	(2.787)	(2.038)
Saldo final (*)	2.586	2.629	3.766	3.459

(*) Líquido de cosseguo e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Seguro de Pessoas Coletivo - Judicial

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Saldo anterior (*)	2.788	1.895	3.228	2.273
Retidos	(297)	1.537	445	1.366
Exercício atual	-	1.083	203	1.296
Exercícios anteriores	(297)	454	242	70
Pagamentos	(596)	(204)	(1.400)	(559)
Exercício atual	-	(111)	(341)	(208)
Exercícios anteriores	(596)	(93)	(1.059)	(351)
Saldo final (*)	1.895	3.228	2.273	3.080

(*) Líquido de cosseguo e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Plano de Pecúlio

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Saldo anterior	3.048	4.655	4.050	5.339
Retidos	5.198	3.710	6.921	10.662
Exercício atual	3.689	3.468	6.898	8.692
Exercícios anteriores	1.509	242	23	1.970
Pagamentos	(3.591)	(4.315)	(5.632)	(9.976)
Exercício atual	(1.696)	(1.959)	(3.806)	(5.773)
Exercícios anteriores	(1.895)	(2.356)	(1.826)	(4.203)
Saldo final (*)	4.655	4.050	5.339	6.025

(*) Líquido de cosseguo e bruto de resseguro e sem considerar a variação de IBNER

Plano de Pecúlio - Administrativo

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Saldo anterior	2.668	4.044	3.355	4.514
Retidos	4.811	3.439	6.749	10.473
Exercício atual	3.662	3.215	6.727	8.538
Exercícios anteriores	1.149	224	22	1.935
Pagamentos	(3.435)	(4.128)	(5.590)	(9.586)
Exercício atual	(1.695)	(1.874)	(3.778)	(5.547)
Exercícios anteriores	(1.739)	(2.254)	(1.812)	(4.039)
Saldo final	4.044	3.355	4.514	5.401

Plano de Pecúlio - Judicial

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Saldo anterior	380	611	695	825
Retidos	387	271	172	189
Exercício atual	27	253	171	154
Exercícios anteriores	360	18	1	35
Pagamentos	(156)	(187)	(42)	(390)
Exercício atual	-	(85)	(28)	(226)
Exercícios anteriores	(156)	(102)	(14)	(164)
Saldo final (*)	611	695	825	624

(*) Sem considerar a variação de IBNER

A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos de sinistros. O objetivo dessa tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

Seguro de Pessoas Coletivos - Líquido de cosseguo e bruto de resseguro

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Provisão período anterior (*)	4.986	4.490	5.881	6.040
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.403	1.008	2.414	1.848
Dois anos mais tarde	1.537	2.470	3.375	-
Três anos mais tarde	2.788	3.364	-	-
Quatro anos mais tarde	3.668	-	-	-

(*) Líquido de cosseguo e bruto de resseguro

Seguro de Pessoas Coletivos - Administrativos

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Provisão período anterior (*)	2.198	2.595	2.653	3.767
Pagamentos				
Um ano mais tarde	807	820	1.056	1.399
Dois anos mais tarde	821	993	1.640	-
Três anos mais tarde	829	1.574	-	-
Quatro anos mais tarde	1.411	-	-	-

(*) Líquido de cosseguo e bruto de resseguro

Seguro de Pessoas Coletivos - Judiciais

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Provisão período anterior (*)	2.788	1.895	3.228	2.273
Pagamentos				
Um ano mais tarde	596	188	1.358	449
Dois anos mais tarde	716	1.477	1.735	-
Três anos mais tarde	1.959	1.790	-	-
Quatro anos mais tarde	2.257	-	-	-

(*) Líquido de cosseguo e bruto de resseguro

Seguro de Pessoas Coletivos - Líquido de cosseguo e líquido de resseguro

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Provisão período anterior (*)	4.948	4.481	5.857	6.039
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.403	1.007	2.414	1.848
Dois anos mais tarde	1.537	2.469	3.374	-
Três anos mais tarde	2.788	3.363	-	-
Quatro anos mais tarde	3.668	-	-	-

(*) Líquido de cosseguo e líquido de resseguro

Seguro de Pessoas Coletivos - Administrativos

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Provisão período anterior (*)	2.160	2.586	2.629	3.766
Pagamentos				
Um ano mais tarde	807	819	1.056	1.399
Dois anos mais tarde	821	992	1.640	-
Três anos mais tarde	829	1.573	-	-
Quatro anos mais tarde	1.411	-	-	-

(*) Líquido de cosseguo e líquido de resseguro

Seguro de Pessoas Coletivos - Judiciais

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Provisão período anterior (*)	2.788	1.895	3.228	2.273
Pagamentos				
Um ano mais tarde	596	188	1.358	449
Dois anos mais tarde	716	1.477	1.734	-
Três anos mais tarde	1.959	1.790	-	-
Quatro anos mais tarde	2.257	-	-	-

(*) Líquido de cosseguo e líquido de resseguro

Plano de Pecúlio

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Provisão período anterior	3.048	4.655	4.050	5.339
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.318	1.345	915	2.495
Dois anos mais tarde	1.715	1.503	1.686	-
Três anos mais tarde	1.814	2.048	-	-
Quatro anos mais tarde	2.233	-	-	-

Plano de Pecúlio - Administrativos

Período	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Provisão período anterior	2.668	4.044	3.355	4.514
Pagamentos				
Um ano mais tarde	1.051	1.158	873	2.105
Dois anos mais tarde	1.299	1.274	1.259	

» CONTINUAÇÃO

20 Provisões judiciais

As causas passivas, decorrentes de reclamações judiciais, levadas a efeito contra a Seguradora, cujas perdas delas resultantes não possam ser abrangidas pela cobertura de contratos, foram avaliadas por nossos assessores jurídicos, internos e externos e abaixo são representadas.

(a) Relacionados a sinistros/benefícios

Probabilidade de perda	2021				2020			
	Valor reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado
Remota	71.348	0	3.776	0	45.953	316	2.283	16
Possível	0	0	0	0	125	63	3	16
Provável	157.466	12.373	6.961	12.373	156.197	11.543	7.169	11.542
	228.814	12.373	10.737	12.373	202.275	11.922	9.455	11.574

Os valores provisionados estão contabilizados na provisão de sinistros a liquidar, provisão de despesas relacionadas, entre outras provisões técnicas.

Segundo informações prestadas pelo setor atuarial e de acordo com as respectivas notas técnicas, o critério para constituição da reserva técnica para os planos da Seguradora será o seguinte: os processos são provisionados pelo valor estimado, conforme determina a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações posteriores. O valor estimado é o valor contratado pelo participante ou o valor previsto na sentença judicial, quando houver, e deve ser atualizado mensalmente. Nos processos com trânsito em julgado, o valor da provisão técnica é o valor de condenação definitiva. O critério para constituição da reserva técnica será o provisionamento de 100% do valor estimado para as causas prováveis e o provisionamento de R\$ 0,01 para as causas remotas.

Em 31 de dezembro de 2021, do montante total provisionado R\$ 12.373, R\$ 10.057 referem-se as provisões individuais e R\$ 2.316 referem-se as provisões globais, enquanto em 31 de dezembro de 2020, do montante total provisionado R\$ 11.574, R\$ 8.626 referem-se as provisões individuais e R\$ 2.948 referem-se as provisões globais.

Movimentações das provisões:

	2021	2020
Saldo do início do período	11.574	14.072
Total pago no período	(2.022)	(2.046)
Novas constituições no período (i)	2.446	3.055
Baixa da provisão por êxito	(1.591)	(2.186)
Alteração da provisão por revisão de estimativas (ii)	315	(2.166)
Atualização monetária	1.651	845
Saldo final do período	12.373	11.574

Quantidade de ações pagas no período	1.241	1.297
Quantidade de ações novas no período	4.335	4.417

(i) Redução de novas constituições é atribuída a redução da carteira de seguros e adoção de novas políticas comerciais

(ii) A variação no movimento de alteração da provisão por revisão de estimativa é em razão da nova metodologia de cálculo para provisionamento considerando o histórico das decisões judiciais.

(b) Não relacionados a sinistros/benefícios

(i) Processos cíveis e trabalhistas

Probabilidade de perda	2021			2020		
	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado
Remota	8.650	2.903	-	8.759	2.398	-
Possível	8.168	238	-	10.243	242	-
Provável	20.466	10.234	20.466	20.620	10.167	20.622
	37.284	13.375	20.466	39.622	12.807	20.622

Das 13.375 (2020 – 12.807) causas não relacionadas a sinistros e benefícios, 13.267 (2020 – 12.689) dizem respeito a causas cíveis e 108 (2020 -118) trabalhistas.

(ii) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - Composição por natureza

A Seguradora possui provisão para processos relativos a débitos de tributos estaduais e municipais no montante de R\$ 0 (2020- R\$6), totalizando R\$ 0 (2020 - R\$ 6).

Em desfavor da Seguradora, existem três Autos de Infração da Receita Federal relativamente IRPJ, CSLL e COFINS, além de duas ações de execução fiscal, cuja probabilidade de perda dos procedimentos em questão, foi considerada remota, conforme opinião do consultor jurídico externo da Seguradora. O valor de causa considerado para dezembro de 2021 foi de R\$ 149.908 (2020- R\$ 145.523).

Também existem em desfavor da Seguradora outros 18 procedimentos desdobrados em judiciais e administrativos, para os quais os escritórios responsáveis pela condução das demandas atribuíram probabilidade de perda possível. O valor de causa considerado para dezembro de 2021 foi de R\$ R\$ 6.578 (2020 - R\$ 5.286).

Portanto, considerando a opinião dos consultores jurídicos externos da Seguradora constante nos pareceres, não foi registrada qualquer provisão em face de eventuais contingências, visto que os procedimentos em questão não possuem risco provável.

Movimentações das provisões:

	2021			2020		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo do início do período	6	2.473	18.149	35	2.901	8.440
Ações pagas no período	(6)	(811)	(16.730)	(16)	(817)	(11.130)
Novas constituições no período	6	818	16.026	16	942	15.505
Baixa da provisão por êxito	-	(7)	(4.528)	(22)	(97)	(3.123)
Alteração da provisão por alteração de estimativas	(6)	(533)	5.910	(7)	(456)	8.457
Saldo final do período	-	1.639	18.827	6	2.473	18.149
Quantidade de ações pagas no período	1	22	1.887	2	19	1.606
Quantidade de ações novas no período	1	24	1.843	2	21	4.057

21 Obrigações por cessão

De acordo com o ofício Susep Nº 4/2021, determinando o reconhecimento dos créditos de assistência financeira cedidos no passivo, a composição por FIDC ficou assim distribuída:

Cessão de recebíveis

	Circulante			Não circulante		
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
FIDC SABEMI III	-	27.077	27.128	-	22.640	44.317
FIDC SABEMI V	-	36.642	40.000	-	46.460	106.521
FIDC SABEMI VI	-	29.924	29.214	-	35.157	79.159
FIDC SABEMI VIII	-	47.201	54.237	-	120.670	251.860
FIDC SABEMI IX	-	41.636	47.008	-	197.725	364.758
FIDC SABEMI X	-	71.864	52.269	-	436.713	426.319
FIDC SABEMI XI	-	-	-	-	-	-
Provisão para risco de crédito	-	(56.545)	-	-	(48.841)	-
Despesas de estruturação	-	(8.288)	(12.942)	-	-	-
Obrigações por cessão de recebíveis	-	187.511	236.914	-	810.524	1.272.934

Este passivo representa o compromisso que o Fundo possui com os quotistas, conforme prazos de resgates estabelecidos. Este compromisso é controlado pelos gestores e administradores dos FIDCs, e não está sob controle da Sabemi. Os FIDCs apresentados tem seu encerramento previsto em 2023 Sabemi III, em 2025 Sabemi V, em 2024 Sabemi VI, em 2026 Sabemi VIII, em 2027 Sabemi IX, em 2028 Sabemi X e em 2030 Sabemi XI.

A pesar dos prazos informados para liquidação dos FIDCs, dada a venda de todas as quotas subordinadas em poder da Seguradora ou partes relacionadas, estes saldos foram zerados, desconhecendo a operação, conforme demonstrado no quadro acima.

Receitas operacionais antecipadas

	Circulante		Não circulante	
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021
FIDC SABEMI III	-	390	1.506	-
FIDC SABEMI V	-	6.962	11.654	-
FIDC SABEMI VI	-	4.621	8.500	-
FIDC SABEMI VIII	-	16.098	24.366	-
FIDC SABEMI IX	-	26.520	36.768	-
FIDC SABEMI X	-	39.086	32.819	-
FIDC SABEMI XI	-	-	-	-
Obrigações por cessão de recebíveis	-	93.677	115.613	-

Este passivo representa o lucro da cessão se diferida fosse.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social e reservas

O Capital social subscrito e integralizado é de R\$ 55.000 (2020 - R\$ 55.000), representado por 79 (2020 - 79) ações ordinárias com direito a voto, nominativas sem valor nominal.

(a) Reserva de retenção de lucros

Esta reserva é formada pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após abatimento das destinações do resultado.

(b) Reserva legal

A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, até limite de 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado, consoante à legislação em vigor, conforme preceitua a legislação vigente, sendo o saldo transferido para reserva de retenção de lucros.

22.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

Os juros sobre o capital próprio foram calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal vigente. De acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, na Demonstração do Resultado o valor correspondente à despesa incorrida foi reclassificado para Lucros Acumulados, sendo apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, como destinação do resultado. As Demonstrações financeiras apresentadas refletem os dividendos mínimos obrigatórios /juros sobre o capital próprio, dispostos no Estatuto Social da Seguradora, de 25% do lucro líquido do exercício ajustado. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data da sua aprovação.

	Reapresentado	
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.591	3.208
(-) Reserva legal - 5%	(80)	(160)
Lucro básico para determinação de dividendos	1.511	3.048
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	378	762

Dividendos intermediários (i)	1.760
Juros sobre capital próprio intermediários (i)	400
Dividendos intermediários (ii)	4.225
Juros sobre capital próprio intermediários (iii)	500
Dividendos intermediários (iv)	1.677
Dividendos intermediários (v)	6.594
Juros sobre capital próprio intermediários (v)	1.000
Total de dividendos e juros intermediários	6.885
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	6.885
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio do semestre por ação	87,15

(i) Os dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários foram aprovados na AGE de 21 de fevereiro de 2022, a conta do resultado do exercício.

(ii) Os dividendos intermediários foram aprovados na AGE de 17 de agosto de 2021, a conta de reservas estatutárias.

(iii) Os dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários foram aprovados na AGE de 17 de agosto de 2021, a conta do lucro do semestre.

(iv) Os dividendos intermediários foram aprovados na AGE de 8 de fevereiro de 2021, a conta de reservas estatutárias.

(v) Os dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários foram aprovados na AGE de 8 de fevereiro de 2021, a conta do resultado do exercício.

23 Demonstração do resultado

Efetuamos o detalhamento das principais contas da Demonstração do Resultado, conforme determina a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

	2021	2020
Prêmios ganhos		
Prestamista	-	1.975
Acidentistas pessoais coletivos	97.145	103.967
Outros	30.449	27.289
	127.594	133.231

Sinistros ocorridos		
Indenizações avisadas	(2.816)	(6.832)
Despesas com sinistros	(237)	512
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	(673)	(417)
Despesas com benefícios (iii)	(13.908)	(6.783)
	(17.634)	(13.520)

Custo de aquisição		
Comissões (seguros)	(25.456)	(25.991)
	(25.456)	(25.991)

Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		
Receita líquida com regulação de sinistro DPVAT (i)	15	36
Acordo operacional cosseguro seguradora Zurich	24.216	27.476
Pró-labore (iv)	(1.015)	(3.333)
Contingências	290	(8.536)
Despesas judiciais	(17.077)	(12.611)
Outras despesas com apólice	(9.788)	(8.104)
	(3.359)	(5.072)

Custo de aquisição		
Despesas com cobrança (previdência)	(1.574)	(4.591)
	(1.574)	(4.591)

Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(37.507)	(28.951)
Serviços de terceiros	(46.609)	(34.635)
Localização e funcionamento	(18.972)	(21.668)
Publicidade e propaganda institucional	(4.690)	(3.609)
Publicações	(182)	(166)
Doativos e contribuições	(218)	(443)
Despesas judiciais	(497)	(907)
Multas	(30)	(95)
Outras	(139)	(563)
Recuperação de despesas	(6)	10
Despesa adm do convênio DPVAT	(616)	-
	(109.466)	(91.027)

Despesas com tributos		
COFINS	(5.312)	(5.957)
PIS	(863)	(968)
Impostos municipais	(96)	(188)
Taxa de fiscalização	(764)	(101)
Impostos federais	(8)	(729)
	(7.043)	(7.943)

	2021	2020
Resultado financeiro		
Renda fixa	2.613	1.258
Renda com assistência financeira	127.047	84.074
Receitas financeiras com provisões técnicas	522	765
Reversão provisão risco de crédito sobre assistência financeira	15.695	6.380
Atualizações créditos tributários	3	71
Atualização depósitos judiciais	293	137
Receitas com depósitos bancários	706	718
Outras receitas financeiras	3.213	1.723

Despesas financeiras com tributos	(304)	(197)
Renda fixa	(913)	(4)
Despesas financeiras com provisões técnicas	(1.974)	(-)
Despesas financeiras com assistência financeira (ii)	(97.461)	(60.097)
Provisão risco de crédito sobre assistência financeira	(7.036)	(8.353)
Juros bancários	(41)	(35)
Juros passivos de arrendamento	(814)	-
Efeitos Ofício Susep 4/2021 (iv)	(2.779)	(9.380)
Outras despesas financeiras, líquidas	(70)	(229)
	38.700	16.811

Ganhos e perdas com ativos não correntes		
Resultado - Alienação de bens	(21)	(19)
	(21)	(19)

(i) As receitas e despesas decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. No segundo semestre de 2019 a Sabemi Seguradora encerrou as operações de regulação de sinistros DPVAT restando pequenos valores a receber de regulações executadas antes do encerramento.

(ii) Refere-se a comissões pagas aos agentes no montante de R\$ 56.983 (2020 - R\$ 49.763), à estruturação dos fundos no montante de R\$ 2.170 (2020 - R\$ 2.357) e ao reconhecimento de perdas com cobrança de assistência financeira de R\$ 38.308 (2020 - R\$ 6.283).

(iii) Em decorrência da pandemia gerada pelo vírus Covid-19, houve um aumento nos avisos do produto pecúlio

(iv) O efeito do ofício Susep 4/2021 no resultado financeiro está assim distribuído:

	2021	2020
Reversão de receita financeira de contratos cedidos	90.688	309.367
Reversão de comissões	-	12.800
Despesa contratos cedidos	(90.688)	(309.367)
Realização despesas com estruturação	(1.740)	(4.655)
Realização receita de lucro de cessão	15.561	38.795
Realização de despesa de comissões	(14.142)	(39.461)
Zeramento despesa antecipada comissão	(74.026)	-
Zeramento despesa antecipada estruturação	(6.548)	-
Zeramento saldo receitas antecipadas	78.116	-
Reversão lucro de cessão	-	(16.859)
	(2.779)	(9.380)

Já a movimentação de Provisão para créditos de liquidação duvidosa teve o seguinte efeito no resultado da Seguradora, considerando apenas a provisão referente aos direitos creditórios cedidos aos FIDC Elegíveis:

Constituição de Provisão para devedores duvidosos	-	22.773
Ajuste de atualização das obrigações de cessão de ativos pela constituição de provisão para devedores duvidosos	114.045	(22.773)
Reversão de impairment	(114.045)	-
	-	-

24 Benefícios a empregados

» CONTINUAÇÃO

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da **Sabemi Seguradora S.A.** em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2022.
Sérgio Rangel Guimarães
Atuário Auditor Independente - MIBA 0743
CPF 467563020/00

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.
CIBA 84 – CNPJ: 04.941.624/0001-64
Rua General Câmara, 230/701, Porto Alegre, RS, 90010-230
mirador360.com.br

Diretoria

Antonio Tulio Lima Severo

Diretor-Presidente
CPF nº 002.057.530-00

Alexandre Girardi

Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 464.845.400-63

Eliana Schwingel Diederichsen

Diretora de Planejamento Estratégico e Compliance
CPF nº 261.696.570-49

Beatriz Varela Fernández

Contadora CRCRS nº 051.365/O
CPF nº 402.860.100-20

Eder Gerson Aguiar de Oliveira

Atuário MIBA 630
CPF nº 395.346.850-20

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Sabemi Seguradora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sabemi Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido

e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sabemi Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2022
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR-050377/O



CNPJ nº 88.747.928/0001-85
 Carta Patente SUSEP nº 020
 Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar
 CEP 90010-190 - Porto Alegre - RS

Relatório da Administração

Senhores Participantes:

A Sabemi Previdência Privada, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação, o presente Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras e o Parecer de auditoria atuarial independente, relativos ao exercício de 2021.

Cenário econômico

O ano de 2021 prometia ser marcado pela continuidade das reformas estruturais, porém foi fortemente atingido pelos efeitos econômicos decorrentes da pandemia. A crise mundial também atingiu nosso País e todos os setores foram atingidos de alguma forma. De qualquer

sorte, o mercado de previdência privada tem apresentado oportunidades de crescimento contínuas. A previdência complementar aberta se consolida como importante elo na cadeia dos mecanismos de proteção contra riscos de aposentadoria e pensão.

Resultado da entidade

A Entidade apresentou no exercício de 2021 um superávit de R\$ 2.662 mil, resultado impactado pelo aumento dos resultados financeiros. A Entidade reinveste seu superávit e não distribui resultados aos participantes.

Organização estatutária

Não houve, no exercício de 2021, qualquer tipo de acordo com o quadro associativo da Entidade e alteração estatutária.

O Conselho Deliberativo da Entidade Sabemi Previdência Privada é atuante e participa das decisões da Diretoria da Entidade.

Controles internos

A Entidade está fazendo a manutenção da sistemática de controles internos, a qual é responsabilidade da Administração, conforme determina a legislação vigente, mediante a análise, revisão e aderência dos processos e normas internas e análise constante do gerenciamento de riscos.

Declaração sobre a capacidade financeira

As aplicações financeiras estão classificadas como "títulos para negociação", ajustadas pelo valor de mercado. Os benefícios de planos previdenciários são pagos rigorosamente em

dia, assim como todas as demais obrigações de qualquer natureza, seguindo os procedimentos determinados pelo órgão fiscalizador.

Perspectivas futuras

A Entidade continuará a enviar seus esforços na venda de planos de previdência complementar na modalidade de pecúlio, projetando o crescimento das operações para o próximo exercício.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos participantes pelo apoio e confiança que depositaram em nossa Entidade, e permanecemos à disposição para quaisquer outras informações, em nossa sede social.

A Diretoria
 Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2022.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	2021	2020	
Ativo			
Circulante	40.883	24.840	
Disponível	18.361	5.858	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	18.361	5.858	
Aplicações (Nota 6)	20.310	15.508	
Créditos das operações com previdência complementar (Nota 6 (f))	1.288	1.577	
Valores a receber	1.288	1.577	
Títulos e créditos a receber (Nota 6 (g))	916	1.860	
Títulos e créditos a receber	640	1.436	
Assistência financeira a participantes	12	88	
Outros créditos	264	336	
Outros valores e bens (Nota 8)	8	37	
Bens a venda	8	37	
Não circulante	4.658	16.128	
Realizável a longo prazo	2.340	16.128	
Aplicações (Nota 6)	-	7	
Títulos e créditos a receber	2.340	16.121	
Títulos e créditos a receber (Nota 6 (g))	-	13.188	
Assistência financeira a participantes (Nota 6 (g))	196	319	
Depósitos judiciais (Nota 7)	2.144	2.614	
Outros valores e bens	2.318	-	
Outros valores e bens (Nota 2.12)	2.318	-	
Total do ativo	45.541	40.968	
Passivo e patrimônio social	2021	2020	
Circulante	11.783	10.731	
Contas a pagar	4.817	2.063	
Obrigações a pagar (Nota 10)	4.794	1.897	
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 11)	13	112	
Impostos e contribuições (Nota 12)	10	4	
Outras contas a pagar	-	50	
Débitos de operações com previdência complementar (Nota 13)	12	9	
Outros débitos operacionais	12	9	
Depósitos de terceiros (Nota 14)	107	624	
Depósitos de terceiros	107	624	
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 15)	6.237	8.035	
Planos bloqueados	1.599	3.070	
Planos não bloqueados	4.638	4.965	
Outros débitos	610	-	
Outros débitos (Nota 2.12)	610	-	
Não circulante	7.903	7.044	
Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 15)	4.891	5.884	
Planos bloqueados	4.731	5.690	
Planos não bloqueados	160	194	
Outros débitos	1.127	1.160	
Provisões judiciais (Nota 17)	1.127	1.160	
Débitos diversos	1.885	-	
Passivos de arrendamento (Nota 2.12)	1.885	-	
Patrimônio social	25.855	23.193	
Reserva patrimonial (Nota 18)	3.204	3.204	
Reservas de retenção de superávit (Nota 18)	22.651	19.989	
Total do passivo e do patrimônio social	45.541	40.968	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio social (Em milhares de reais)					
Reservas de superávit					
	Reserva patrimonial	Retenção de superávit	Contingências de benefícios	Superávits acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020	3.204	17.590	1.785	-	22.579
Superávit do exercício	-	-	-	614	614
Destinação do superávit	-	588	26	(614)	-
Em 31 de dezembro de 2020	3.204	18.178	1.811	-	23.193
Reversão da Reserva de Contingências	-	-	(256)	256	-
Superávit do exercício	-	-	-	2.662	2.662
Destinação do superávit	-	2.918	-	(2.918)	-
Em 31 de dezembro de 2021	3.204	21.096	1.555	-	25.855

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Sabemi Previdência Privada ("Entidade") tem personalidade jurídica de uma entidade sem fins lucrativos e tem por objeto instituir planos de previdência privada aberta. A Entidade possui sede na Rua Sete de Setembro, 515 - 4º andar, Centro - Porto Alegre/RS, tendo suas atividades reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Entidade também atua como correspondente de instituição financeira no país, de acordo com a Circular SUSEP nº 600/20.

No exercício 2020, a entidade passou a conceder assistência financeira aos seus participantes, de acordo com a Circular Susep nº 600/20.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Tais práticas tem observância às disposições contidas na Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG - 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

De acordo com a NBC- ITG 2002, as isenções tributárias relacionadas com a atividade devem ser divulgadas em suas demonstrações. Como a Entidade é considerada isenta, não é tributada pelo Imposto de Renda e Contribuição Social.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 24 de fevereiro de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

2.4 Ativos financeiros

Classificação
 A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para a venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os títulos e valores mobiliários classificados nessa categoria são adquiridos com o propó-

sito de serem ativa e frequentemente negociados e são contabilizados e ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado. Os ativos dessa categoria correspondem a aplicações financeiras classificadas no ativo circulante.

Os fundos de investimento financeiro são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos, na data do balanço.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras. As variações de valor justo, por exemplo, os investimentos em classificados como disponíveis para venda, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio social. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

(c) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem as operações de títulos e créditos a receber, operações de assistência financeira, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os valores registrados nas contas de créditos a receber são decorrentes de créditos de convênios operacionais e créditos resultantes da venda de investimentos (imóveis), incluindo a atualização monetária e juros auferidos e incorridos até a data do balanço.

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são contabilizados em contrapartida à conta específica do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Tais ativos, subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. O valor justo é estabelecido com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco, incluído o risco de crédito do emissor.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

A Entidade avalia no final de cada período se há evidência de que a qualidade de crédito de um ativo ou grupo de ativos está deteriorada, e os prejuízos de impairment são incorridos como resultado de um evento de perda, o qual tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros.

Os critérios que a Entidade adota para determinar se há evidência objetiva de perda por impairment incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- declaração de falência ou reorganização do tomador de serviço;
- desaparecimento de mercado ativo para o ativo financeiro;
- dados indicando que há redução mensurável nos fluxos de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		
	2021	2020
Variações de outras provisões técnicas	(76)	(45)
Benefícios retidos	129	(497)
Contribuições para cobertura de riscos	6.768	8.341
Variação das provisões técnicas de prêmios	1.362	249
Prêmio ganho (Nota 20)	8.130	8.590
Sinistros ocorridos (Nota 19)	(2.656)	(2.193)
Custo de aquisição (Nota 19)	(92)	(293)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 19)	(963)	346
Despesas administrativas (Nota 19)	(4.591)	(6.301)
Despesas com tributos (Nota 19)	(249)	(196)
Resultado financeiro (Nota 19)	3.112	1.203
Resultado patrimonial (Nota 19)	(210)	-
Resultado operacional	2.534	614
Ganhos ou perdas com ativos não correntes (Nota 19)	128	-
Superávit do exercício	2.662	614

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)		
	2021	2020
Superávit do exercício	2.662	614
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	2.662	614

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por impairment, a Entidade mensura o prejuízo. Nesta circunstância, o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por impairment ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado.

2.5 Ativos não circulantes

Realizável a longo prazo
 É demonstrado pelos valores de realização ou liquidação, inclusive, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias, incorridos até a data do balanço.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, circulantes ou não circulantes, são revisados anualmente se identificado evidências objetivas de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.7 Contratos de previdência (seguros)

A Entidade utilizou as regras do CPC11, da SUSEP e do CNSP para avaliação e classificação de todos os contratos de previdência com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes, considerando, adicionalmente, todos os cenários em que o evento segurado ocorre comparado com cenários em que o evento segurado não ocorre.

2.8 Avaliação de passivos originados de contratos de previdência

Provisões relacionadas à atividade de previdência
 As provisões técnicas visam dar garantia às operações de previdência privada, com base em cálculos atuariais. São calculadas, quando aplicável, de acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 321/2015 e Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Correspondem ao valor das obrigações assumidas sob forma de planos de aposentadoria, pensão e pecúlio.

Provisão Complementar de Cobertura (PCC): constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação do Passivo (TAP), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. As principais premissas de cálculo são:

Tábua de Mortalidade BR-EMS 2021, segregada por sexo; Indexador monetário do Plano; e Taxa de juros livre de risco (padrão SUSEP).

Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): constituída para cobrir as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios. Calculada conforme metodologia aprovada em nota técnica atuarial. As principais premissas de cálculo são:

Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já avisados;

Expectativa de pagamento de despesas relacionadas a benefícios administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não avisados;

Probabilidade de perda judicial (para despesas vinculadas a processos judiciais);

Atualização monetária vinculada.

Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (IBNR): constituída para cobrir os eventos já ocorridos e que por qualquer motivo ainda não foram avisados à Entidade. As principais premissas de cálculo são:

Valores de Benefícios registrados (avisados, reestimados, cancelados e pagos);

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (quando aplicável); e Atualização monetária vinculada.

Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNeR): constituída para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final.

Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): constituída para a cobertura dos eventos a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data base. As principais premissas de cálculo são:

Contribuições emitidas, descontadas das parcelas de contribuições canceladas e/ou restituídas;

Data de início e término de vigência do risco; e Data de emissão do risco.

Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE): provisão estimada cujo objetivo é dar cobe-

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto. Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	2021	2020
Atividades operacionais		
Superávit do exercício	2.662	614
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(4.795)	2.400
Créditos das operações com previdência complementar	288	59
Depósitos judiciais e fiscais	470	1.079
Outros ativos	11.966	1.218
Impostos e contribuições	(93)	87
Outras contas a pagar	5.342	(2.004)
Débito das operações com previdência complementar	3	(1)
Depósito de terceiros	(516)	(69)
Provisões técnicas - previdência complementar	(2.791)	60
Provisões judiciais	(33)	(331)
Caixa gerado pelas operações operacionais	(18.134)	43.315
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	21.168	3.112
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	12.503	3.112
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.858	2.746
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.361	5.858
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	12.503	3.112

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por impairment, a Entidade mensura o prejuízo. Nesta circunstância, o saldo contábil é reduzido ao seu valor recuperável e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por impairment ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda por impairment ter sido reconhecida, a reversão da perda será realizada e registrada na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder

» CONTINUAÇÃO

reza civil utiliza-se o método de melhor estimativa, considerando-se as médias de valores pagos, o período de apuração dos pagamentos e o seu objeto processual.

Os demais passivos contingentes classificados como perda possível não são registrados, mas são divulgados em nota explicativa e os assuntos classificados como perda remota não são provisionados, porém são divulgados pela administração quando relevantes. As obrigações legais são provisionadas independentemente da opinião de êxito dos assessores jurídicos.

2.12 Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Entidade arrenda certos bens como diversos andares e lojas de prédio comercial para sua área administrativa e operacional. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de 24 meses a 5 anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os arrendamentos, nos quais a Entidade detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os bens adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados durante a vida útil do ativo.

A adoção inicial do CPC 06 (R2) em 01 de janeiro de 2021, resultou nos seguintes reconhecimentos contábeis na data base de 31 de dezembro de 2021:

Ativo não circulante	
Outros valores e bens	
Ativo de direito de uso	2.929
Depreciação acumulada de ativo de direito de uso	(611)
Total do ativo	2.318
Passivo circulante	
Outros débitos	
Passivos de arrendamento	824
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(214)
Passivo não circulante	
Outros débitos	
Passivos de arrendamento	2.118
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	(233)
Total do passivo	2.495

2.13 Benefícios a empregados

As provisões trabalhistas, principalmente relativas às férias, e os respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência.

A Entidade não concede plano de pensão ou outros benefícios pós-emprego, nem remuneração baseado em ações.

2.14 Apuração do resultado

Receitas e despesas de previdência

As contribuições de previdência são reconhecidas de acordo a emissão do certificado ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e ajustadas por meio da variação das provisões.

As despesas com provisões técnicas de previdência são contabilizadas simultaneamente ao reconhecimento das correspondentes receitas.

As receitas de assistência financeira a participantes são reconhecidas de acordo com o prazo de vigência do contrato.

As demais receitas e despesas são reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem, ou seja, segundo o regime de competência.

2.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Entidade, estão descritas a seguir.

Normas que entrarão em vigor nos exercícios seguintes:

IFRS 9 (CPC 48) – Substitui as orientações existentes no CPC 38 e introduz novas exigências sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo novo modelo de perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.
IFRS 17 (CPC 50) – Substitui a orientação que existe atualmente sobre o reconhecimento das operações de Seguros.
Resolução CNSP 432/2021 – Substitui a Resolução CNSP 321/2015. Circular Susep 648/2021 – Substitui a Circular Susep 517/2015.
A Entidade pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador.

Tendo em vista que IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 17 (CPC 50) não foram aprovadas pela SUSEP, não obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras do exercício corrente.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se no histórico da Entidade e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Passivos de previdência (seguros)

O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de previdência (seguros) da Entidade. Existem diversas fontes que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Entidade liquidará em última instância. A Entidade utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, dos atuários e dos especialistas da Entidade para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Como consequência, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

(b) Provisões judiciais

A Entidade é parte em demandas judiciais envolvendo as áreas cíveis, fiscais e trabalhistas, as quais são consideradas para elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Os critérios utilizados pela administração da Entidade para a contabilização das demandas observam as evidências fáticas, legais e jurisprudenciais para a correta classificação e mensuração do risco econômico envolvido em cada demanda judicial, levando-se em consideração, ainda, os estudos e pareceres elaborados pela assessoria jurídica da Entidade em conjunto com profissionais especializados.

(c) Provisão (Impairment) para riscos de crédito sobre assistência financeira

A administração usa estimativas baseadas no histórico de perda em ativos com características de risco de crédito e evidência objetiva de impairment similar aos da sua carteira para projetar os fluxos de caixa futuros. A administração examina sua carteira de assistência financeira com o objetivo de avaliar possíveis perdas, pelo menos a cada mês.

4 Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes das atividades da Entidade são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito, de liquidez, de risco de seguros e de risco de capital. O gerenciamento desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela administração.

4.1 Gestão de risco de seguro

A Entidade atua junto ao mercado com planos de previdência complementar aberta, em especial o pecúlio, os quais são direcionados para pessoas físicas, jurídicas e empresas públicas, cujo objetivo é atender seu público alvo através do oferecimento destes produtos, bem como por meio de assistência financeira.

A Entidade define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento garantido, passível de pagamento, ocorra. Para um grupo de contratos de previdência (seguro), onde a teoria das probabilidades é aplicada para a precificação e provisionamento, a Entidade entende que o principal risco transferido para a Entidade é o risco de que os pagamentos de benefícios resultantes de eventos ocorridos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de previdência. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos benefícios são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia atuarial de cálculo destes passivos, ou, quando, através de ações judiciais, a Entidade é compelida a pagar indenizações que extrapolam ao valor contratado ou a sua previsão inicial. Dentro do risco de seguro, destaca-se o risco de subscrição, que

advém de uma situação econômica que contraria as expectativas utilizadas como premissas da Entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição, principalmente no que se refere a premissas atuariais e financeiras. O risco de subscrição pode ser identificado nos seguintes itens: risco no processo de subscrição (fase de contratação dos planos, quando se avalia o perfil do proponente), risco na precificação do produto (parâmetros de cálculo), risco de definição dos produtos (modelagem do produto), risco de retenção líquida, risco moral e risco nas provisões relacionadas. Assim, a Entidade tem como objetivo, visando mitigar o risco de subscrição/seguro, investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação. Os elementos-chave da política de subscrição da Entidade são e continuarão sendo (1) manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos da Entidade sejam utilizados de maneira consistente e apropriados; e (2) utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de inscrições, eventos e outras experiências estatísticas para que a Entidade possa selecionar e avaliar riscos de forma técnica e comercialmente precisa.

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação destes riscos, a Entidade realiza periodicamente revisões nos seus produtos comercializados, com o objetivo de rever os seguintes aspectos: Definições do produto; análise do escopo do produto e das coberturas e garantias oferecidas aos participantes bem como o público alvo das vendas;

Estudo mercadológico: avaliação da força competitiva dos concorrentes frente ao produto comercializado e receptividade dos clientes; Expectativa de vendas; revisão e alinhamento das metas de vendas de acordo com o observado e ainda esperado;

Precificação: estudo dos custos e receitas do produto de modo a atingir as metas propostas para os produtos. Nesta etapa, é verificada a adequação da tarifa atuarialmente definida para o produto;

Provisionamento: as provisões técnicas (passivos contábeis) são constantemente reavaliadas visando refletir a realidade da necessidade de valores reservados para os planos operados pela Entidade. Ainda são constantemente analisados os sistemas operacionais utilizados na comercialização e manutenção dos produtos, possíveis riscos operacionais existentes no processo, além de avaliar aspectos legais e os riscos de imagem, fraude e lavagem de dinheiro. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Entidade está exposta é minimizado, em função da não aceitação de riscos com valores de benefícios elevados. Desta forma, minimizam-se as possibilidades de desvios na severidade dos eventos observados. Além disso, a Entidade monitora a qualidade dos negócios, visando avaliar e melhorar o seu desempenho. Os negócios são subscritos pela Entidade após a revisão, dentre outros, das experiências com perdas e dos relatórios de precificação dos Pecúlios (principal produto da Entidade), e após consideração completa do histórico de pagamentos de benefícios.

(a) Quadro de análise de sensibilidade

A Entidade dividiu a análise de sensibilidade segundo os parâmetros utilizados e a estrutura dos planos.

Análise de sensibilidade nos sinistros ocorridos

A tabela abaixo apresenta o impacto no Sinistro ocorrido, por plano de risco, caso haja um aumento de 10 pontos percentuais nos seus valores, em relação aos últimos doze meses da data base do cálculo. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto.

Planos	Impacto no resultado e no patrimônio social	
	2021	2020
Pecúlio	(269)	(245)
Pensão	(1)	(0)
Total	(270)	(245)

Análise de sensibilidade nas provisões de longo prazo

A tabela abaixo apresenta o impacto nas provisões de longo prazo, segundo estrutura dos planos, caso haja uma redução na taxa de juros para 4% a.a. Os demais parâmetros referentes a índices de conversibilidade, inflação e excedente financeiro, considerando as características dos planos em operação, não se aplicam com a relevância requerida no contexto.

Planos	Impacto no resultado e no patrimônio social	
	2021	2020
Aposentadoria	(61)	(43)
Pensão	(844)	(833)
Total	(905)	(876)

(b) Concentração de risco

A Entidade elaborou a sua concentração de risco, conforme a distribuição geográfica das contribuições brutas emitidas. A contribuição bruta se refere ao valor emitido mensalmente para o custeio do plano contratado pelo participante. Assim, a composição do risco está distribuída da seguinte maneira:

UF	Contribuição bruta	
	2021	2020
AC	65	76
AL	77	85
AM	239	322
AP	102	117
BA	221	260
CE	248	297
DF	266	324
ES	72	91
GO	117	141
MA	132	141
MG	244	296
MS	199	275
MT	92	122
PA	420	493
PB	168	197
PE	364	431
PJ	66	80
PR	167	218
RJ	1.892	2.284
RN	205	226
RO	95	122
RR	124	159
RS	633	857
SC	183	228
SE	69	82
SP	301	405
TO	7	12
	6.768	8.341

4.2 Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; b) risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Entidade; c) risco de crédito associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(a) Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda decorrente das oscilações nos valores de mercado, tais como preços, índices e taxas sobre os descausamentos de prazos, moedas e indexadores de carteiras. O processo de gestão e controle de risco é submetido periodicamente à avaliação e revisão. A ferramenta de análises usada pela Entidade está entre os principais métodos amplamente difundidos no mercado, sendo ele: Metodologia do Stress Test do Sistema Sophis: O stress determinista utiliza cenários de níveis de taxa pré, cupom cambial, ações, entre outros fatores de risco. A projeção do mercado é estabelecida em função das curvas de taxa pré, cupom cambial, cupom de TR, projeções de preços, etc. A metodologia utilizada para o cálculo do Stress Test utiliza um histórico de 180 dias úteis para séries de preços dos ativos e adota o percentual de 95%. Para o cálculo do Value At Risk (VAR) e Stress das carteiras da Previdência, as equipes de Risco dedicadas do Itaú Asset e XP Investimentos, estabelecem cenários internos próprios para determinados fatores de risco.

Na aplicação no Fundo RESTEC do Itaú, percebe-se, pelos dados abaixo, uma baixa utilização dos limites estipulados para a carteira. Obtivemos VAR PL diário de 0,011% com base em consumo limite de

7,07% e Stress PL diário de -0,060% com consumo limite de 5,99%. A atual composição da carteira é composta por quotas de fundos de investimento.

Na aplicação para o Fundo XP Reserva Técnica, por ser composto em sua totalidade somente por LFTs e caixa, o VaR calculado para o fundo é zero pois no modelo adotado para cálculo de volatilidade, o EWMA, que dá peso maior às oscilações mais recentes dos fatores de risco, não tem detectado oscilações significativas nos fatores de risco atrelados às taxas de ágio e deságio das LFTs presentes no fundo atualmente, o Stress Test também não contempla choques nas taxas de ágio/deságio em LFTs.

Sabe-se que o mercado dispõe de outras metodologias de análise de stress. Entretanto, devido às características das carteiras da Entidade na data em questão, julgou-se o teste de stress realizado pelo Sistema Sophis como o mais adequado para o cálculo de risco do Fundo.

(b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de desequilíbrio entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis. Este descausamento pode vir a comprometer a capacidade de pagamento da Entidade.

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, garantindo desta forma a realização dos eventos financeiros. A previsão de fluxo de caixa da Entidade é realizada pelo Departamento Financeiro. Este departamento administra diariamente a liquidez de caixa com base em premissas estabelecidas de desembolsos e recebimentos.

(c) Gestão de risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de perda associada ao não cumprimento total ou parcial das obrigações financeiras pactuadas pelo tomador ou contraparte.

A política de assistência financeira da Entidade considera o nível de risco de crédito a que está sujeito as peculiaridades que envolvem o crédito consignado, tais como a diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, garantia de desconto em folha de pagamento e averbação online. Além disso, os prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em operações de assistência financeira. A avaliação de risco de crédito aos participantes é realizada de acordo com a política de crédito das liberações de assistência financeira. Esta política está baseada em modelos usados pelo mercado de crédito, e condicionada a um histórico de índices de inadimplência.

4.3 Gestão de solvência

A Entidade executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento, segundo critérios de exigibilidade de capital determinados pelo CNSP e SUSEP.

Os principais objetivos da Entidade em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e SUSEP e (ii) otimizar retorno sobre capital para manutenção do patrimônio dos associados. Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Entidade manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios.

Adequação de capital e da liquidez do ativo

Conforme Resolução CNSP nº 321/15 segue demonstrado abaixo o cálculo da adequação do capital e da liquidez do ativo, apurado em 31 de dezembro de 2021:

	2021	2020
Patrimônio social	25.855	23.193
(+) Superávit de fluxos prêmios/cont. não registrado apurado no TAP	195	1.729
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	319	358
(-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	514	2.087
PLA de nível 1 (i)	26.369	-
PLA de nível 2	514	-
PLA de nível 3	-	-
(-) Ajuste de excesso de PLA de nível 2 e PLA de Nível 3 (ii)	-	-
Patrimônio líquido ajustado (PLA) soma de (i) e (ii)	26.369	25.280

Capital Mínimo Requerido (CMR)

	2021	2020
a) Capital base	-	-
b) Capital de risco (CR)	4.134	6.254
(+) Capital adicional de risco de subscrição	1.437	1.989
(+) Capital adicional de risco de crédito	1.586	2.731
(+) Capital adicional de risco operacional	16	21
(+) Capital adicional de risco de mercado	2.511	3.657
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(1.416)	(2.144)
Capital mínimo requerido (o maior entre a e b)	4.134	6.254
CMR coberto pelo PLA de nível 1 (deve ser no mínimo 50% do CMR)	4.134	6.254
Suficiência de cobertura do CMR em relação ao PLA	22.235	19.026

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	2	2
Depósitos bancários à vista	205	718
Equivalente de caixa (i)	18.154	5.138
	18.361	5.858

(i) Refere-se a cotas de fundos de investimentos, com liquidez diária. Fundo de investimento ITAU Soberano, Itaú Corp. Plus RF DI, BB Fundo, BTG Pactual e Caixa FI Topázio Corp. RF, com carteiras composta principalmente em Títulos públicos.

6 Ativos financeiros

(a) Mensurados a valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos para negociação são os seguintes:

	2021		2020	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Quotas de fundos de investimento (i)				
WINNETOU FI				
RF FATOR	0	0	7	7
ITAU RESTEC				
TP RF	3.560	3.560	15.508	15.508
XP RESERVA TECNICA FI RF	8.085	8.085	0	0
Total das quotas de fundos	11.645	11.645	15.515	15.515
Total de aplicações	11.645	11.645	15.515	15.515
Curto prazo	11.645	11.645	15.508	15.508
Longo prazo (*)	0	0	7	7
Total de aplicações	11.645	11.645	15.515	15.515

(i) Quotas de Fundos de Investimento Fundos de investimento cujo valor de mercado é atualizado diariamente pelo valor da quota divulgado por suas respectivas administradoras com expectativa de remuneração de 100% do CDI. (*) Em 31 de dezembro de 2021, não há aplicações financeiras bloqueadas por decisão judicial (2020 - R\$ 7).

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda:

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado das aplicações financeiras classificadas como títulos disponíveis para venda são os seguintes:

	2021		2020	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
ANGA TOTAL RETURN FIM CP (*)	1.022	1.022		
ANGA PORTFOLIO FIM (*)	5.614	5.614		
PRASS FIDC II (*)	2.029	2.029		
Total de títulos disponíveis para venda	8.665	8.665		

(*) Em 31 de dezembro de 2021, os saldos referem-se a 901.323,32 cotas emitidas pelo ANGA TOTAL RETURN FIM CP, 1.500.642,65 cotas emitidas pelo ANGA PORTFOLIO FIM e 522,92 cotas emitidas pelo FIDC PRASS FIDC II.

(c) Abertura da carteira por prazo de vencimento:

	2021	2020
Quotas de fundos de investimento		
Sem vencimento	11.645	15.515
	11.645	15.515

De acordo com normatização da SUSEP, os títulos e valores mobiliários classificados como para negociação são registrados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento.

A Entidade não utiliza em suas operações instrumentos financeiros derivativos com propósito especulativo.

(d) Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos.

A Entidade classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

- (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
 - (Nível 2) inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
 - (Nível 3) técnicas de avaliação, para as quais, qualquer input significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.
- A Entidade possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros detidos pela Entidade mensurados a valor justo:

	2021	2020
	Nível 2	Nível 2

CONTINUAÇÃO

	Circulante		Não circulante	
	2021	2020	2021	2020
Garantia de averbação				
Garantia de averbação	13.955	7.212	60.575	36.444
Cessão de crédito- FIDC Angá VII	(9.801)	(4.261)	(42.161)	(20.303)
Cessão de crédito- FIDC Danúbio	(2.344)	(1.758)	(8.793)	(8.326)
Cessão de crédito- FIDC Mono Cota	(1.632)	(1.026)	(8.415)	-
Cessão de crédito- FIDC Sabemi XI	(135)	-	(912)	(7.301)
	43	167	294	514
	2021	2020	2021	2020
Receitas a apropriar				
Receitas a apropriar	(7.923)	(4.686)	(20.515)	(14.131)
Cessão de crédito- FIDC Angá VII	5.469	2.653	13.855	7.253
Cessão de crédito- FIDC Danúbio	1.223	1.094	2.660	2.974
Cessão de crédito- FIDC Mono Cota	1.100	860	3.509	3.709
Cessão de crédito- FIDC Sabemi XI	101	-	399	-
	(30)	(79)	(92)	(195)
	13	88	202	319
Provisão para risco de crédito sobre assistência financeira (II)	(1)	-	(6)	-
Assistência financeira a participantes	12	88	196	319

As concessões de crédito de assistência financeira são efetuadas através de critérios de análise de risco, definidos pela administração da Entidade.

	Receita Financeira		Securitização		Cessão	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
FIDC Angá VII (i)	2.738	1.099	54.088	24.818	33.796	15.660
FIDC Danúbio (i)	488	463	10.642	10.226	6.846	6.480
FIDC Mono Cota (i)	687	492	12.229	8.496	6.862	4.257
FIDC Sabemi XI (i)	62	-	1.159	-	656	-
	3.975	2.054	78.118	43.540	48.160	26.397

A receita financeira está reconhecida no resultado financeiro conta de Renda com assistência financeira (Nota 19).

(i) Os valores apresentados das cessões são descontados às taxas negociadas, para um período de financiamento de até 96 meses, pagos em moeda corrente. Esses créditos foram cedidos sem co-obrigação ao respectivo fundo, onde a Entidade exerce administrativamente a cobrança desses títulos.

(II) A provisão para riscos sobre assistência financeira para 31 de dezembro de 2021 é apurada pela Administração da Entidade em valor suficiente para cobrir prováveis perdas futuras sobre o montante líquido a receber na data do Balanço. Para tal estimativa, a Entidade considerou a ocorrência histórica de perda da carteira de títulos combinada a uma análise estatística e ao julgamento da área interna de crédito. O método de cálculo de *impairment* aplicado nesta análise considera a movimentação da carteira de títulos entre as faixas de atrasos e o histórico de perda associado a cada uma delas. Estas faixas foram classificadas em 11 (onze) grupos, definidos segundo critérios tomados a partir do histórico dos títulos e das particularidades da operação de crédito consignado.

Frequentemente, a Administração valida o desempenho da classificação e de sua assertividade de previsão com relação a eventos reais de inadimplência e frente aos dados e informações disponíveis no mercado.

As classificações internas usadas estão associadas ao tipo de ativo sob análise, no caso, a assistência financeira em consignação na folha de pagamento. Este ativo tem apresentado historicamente recuperações de perdas até mesmo para contratos com até 48 parcelas vencidas e sem quitações nos últimos 12 meses. A expectativa de recuperação se deve as características de recebimento do crédito consignado, entre elas:

- Recomposição salarial do participante recuperando novamente margem consignável;
 - Refinanciamento do contrato de assistência financeira aproveitando a margem existente;
 - Liquidação de contratos de dívidas em outras instituições pelo participante abrindo novamente margem consignável para outro contrato de assistência financeira ou retorno da cobrança do contrato inadimplente;
 - Cobrança ativa e negociações via débito em conta e boletos.
- Além disso, de forma conservadora, os contratos de assistência financeira cujo participante tenha falecido ou tenha sido exonerado do órgão são 100% provisionados nos grupos I e J.
- As composições de créditos de operações com assistência financeira a participantes, por idade de vencimento, estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
A vencer acima de 12 meses	109	319
A vencer em até 12 meses	6	88
Vencidos em até 12 meses	100	0
Vencidos 13 - 24 meses	0	0
Vencidos 25 - 36 meses	0	0
Vencidos acima de 36 meses	0	0
	215	407

7 Depósitos judiciais

Estão registrados os valores decorrentes de depósitos judiciais, também atualizados até a data do balanço.

	2021	2020
Depósitos judiciais - benefícios (i)	1.245	1.459
Depósitos judiciais - cíveis e outros (ii)	899	1.155
	2.144	2.614

- (i) A redução nos depósitos é decorrente de encerramento de processos passivos.
- (ii) A redução deve-se ao encerramento de processos no período, os quais tinham como garantida valores depositados em juízo.

8 Outros valores e bens

São registrados nessa rubrica os imóveis destinados à venda do loteamento Parque Emboaba, do Estado do Rio Grande do Sul, totalizando em 31 de dezembro de 2021, 2 lotes (2020 - 28). Movimentação:

15 Provisões técnicas

(a) Provisão complementar

As provisões técnicas de operações de previdência complementar são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais e conforme cálculos fornecidos pelo atuário habilitado, segundo as determinações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

	31/12/2020	Constituição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2021
Prêmios Não Ganhos - PPNG	1.577	677	(966)	-	1.288
Benefícios Concedidos - PMBC	4.019	77	(490)	504	4.110
Sinistros a Liquidar - PSL	4.135	3.338	(3.995)	(648)	2.830
Resgates e outros a regularizar - PVR	822	186	(152)	218	1.074
IBNR	1.016	540	(581)	-	975
IBNER	(401)	509	(634)	-	(526)
Complementar de Cobertura - PCC	2.215	6	(1.085)	-	1.136
Despesas Relacionadas - PDR	536	121	(513)	97	241
Total	13.919	5.454	(8.416)	171	11.128
Circulante	8.035				6.237
Não circulante	5.884				4.891

	Saldo	Quantidade lotes
Saldo em 1º de janeiro de 2020	37	28
Saldo em 31 de dezembro de 2020	37	28
Baixa por venda	(29)	(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8	2

9 Investimentos

São registrados nesta rubrica propriedades para investimento no Estado de Santa Catarina, sendo: Village Sulmar - 132 lotes, Village Sulmar Zona Norte - 290 lotes, Village Sulmar Zona Nova - 200 lotes e Loteamento Nova Califórnia - 236 lotes.

	2021 e 2020
Custo Atualizado	
Loteamento V.Sulmar	274
Loteamento V.Sulmar Zona Norte	232
Loteamento V.Sulmar Zona Nova	160
	666

Perdas por redução no valor recuperável (*impairment*)

Total

No final do exercício de 31 de dezembro de 2012, de acordo com CPC 01, a Entidade efetuou análise de recuperação dos seus investimentos através de estudo técnico elaborado internamente, avaliação que resultou em uma provisão de R\$ 666 referente aos loteamentos Village Sulmar. Não houve modificações significativas na avaliação atualizada para 31 de dezembro de 2015, tendo sido mantido os valores provisionados para 31 de dezembro de 2019. De acordo com nossos assessores jurídicos, tramita na Vara Cível da Comarca de Sombrio/SC, o processo nº 0301216-03.2019.8.24.0069, ação judicial contra a Prefeitura de Sombrio/SC, questionando a cobrança de IPTU e pleiteando a extinção das matrículas no Registro de Imóveis.

10 Obrigações a pagar

São registrados nestas contas os valores decorrentes de fornecedores, honorários e gratificações, acordos processuais e outras obrigações a pagar, provenientes das operações com correspondentes.

	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	5	70
Sabemi Seguradora (i) (Nota 16)	4.386	153
Pecúlio União Previdência (ii) (Nota 16)	202	-
Sabemi Tec. Ltda	55	511
Sabemi Intermediadora (Nota 16)	6	1.119
Outras obrigações a pagar	140	44
Total do circulante	4.794	1.897
Total de obrigações a pagar	4.794	1.897

(i) Refere-se a saldos a pagar decorrentes de acordos operacionais em que a Entidade atua como correspondente.

(ii) Em 1º de julho de 2008, conforme aprovação em Carta SUSEP/DECON/GAB/Nº 191/08, houve a transferência de carteira de planos de previdência complementar proveniente da entidade Pecúlio União Previdência Privada. Conforme contrato firmado entre as partes, a Sabemi Previdência Privada, a partir da data de transferência, assumiu todas as obrigações pactuadas nos contratos vigentes e anteriormente pertencentes à Pecúlio União Previdência Privada. Adicionalmente, a Sabemi Previdência Privada comprometeu-se a garantir o pagamento dos passivos judiciais e extrajudiciais relativos aos fatos e ações judiciais anteriores à data de transferência do Pecúlio União Previdência Privada.

11 Impostos e encargos sociais a recolher

São registrados nestas rubricas os valores decorrentes de impostos de renda na fonte de terceiros, contribuições previdenciárias (INSS), contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e contribuições sociais retidas de terceiros.

	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte terceiros	2	18
Imposto sobre serviços retidos	1	41
Imposto sobre operações financeiras	3	-
Contribuições previdenciárias retidas	-	1
Outras contribuições retidas de terceiros	7	52
	13	112

12 Impostos e contribuições

São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes. Inclui a provisão para o Programa de Integração Social (PIS), constituída à alíquota de 0,65%. As entidades abertas de previdência privada complementar são isentas de Imposto de Renda e a partir da Instrução Normativa SRF nº 588/05, também estão isentas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Art. nº17 da INSRF nº 588/05).

	2021	2020
Programa de Integração Social - PIS	10	4
	10	4

A Sabemi Previdência Privada obteve o direito ao não recolhimento da COFINS após o trânsito em julgado da ação judicial nº 2007.71.00.033163-5 junto ao TRF 4º Região. Sendo assim, a Entidade suspendeu o recolhimento mensal do referido tributo a partir do mês de maio de 2011, de acordo com a orientação dos assessores jurídicos internos e externos (Nota 17).

13 Débitos de operações com previdência complementar

Referem-se ao saldo de arrecadação de planos previdenciários de convênios com órgãos públicos, em fase de identificação e processamentos.

	2021	2020
Planos de Pecúlio a identificar	12	9
	12	9

14 Depósitos de terceiros

Referem-se a depósitos bancários, recebidos de contribuintes/participantes, com sua regularização ainda não identificada. Abaixo demonstramos o período de permanência dos valores na conta.

	2021	2020
Identificação		
Vencidos até 30 dias	3	92
Vencidos de 31 a 60 dias	-	258
Vencidos de 61 a 120 dias	-	246
Vencidos de 121 a 180 dias	6	14
Vencidos de 181 a 365 dias	14	11
Vencidos acima de 365 dias (i)	84	3
	107	624

(i) A Administração está implementando uma política de regularização de valores a classificar, promovendo sua identificação, recuperação e reclassificação.

	31/12/2019	Constituição	Reversão	Atualização monetária	31/12/2020
Prêmios Não Ganhos - PPNG	1.615	151	(189)	-	1.577
Benefícios Concedidos - PMBC	3.824	79	(407)	523	4.019
Sinistros a Liquidar - PSL	3.628	3.316	(3.034)	225	4.135
Resgates e outros a regularizar - PVR	734	165	(189)	112	822
IBNR	844	567	(395)	-	1.016
IBNER	108	323	(832)	-	(401)
Complementar de Cobertura - PCC	2.477	169	(431)	-	2.215
Despesas Relacionadas - PDR	629	118	(304)	93	536
Total	13.859	4.888	(5.781)	953	13.919
Circulante	7.884				8.035
Não circulante	5.975				5.884

(b) Garantias das provisões técnicas

Em garantia às provisões técnicas, encontram-se vinculados à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP aplicações financeiras, em montante suficiente para cobrir as referidas provisões, conforme Resolução CMN nº 4.444/15 e alterações posteriores.

Ativos oferecidos em cobertura

	2021	2020
Total de provisões técnicas	11.128	13.919
Dedução por depósitos judiciais	(316)	(1.044)
Total a ser coberto	10.812	12.875
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	11.645	15.508
Ativos oferecidos em cobertura	11.645	15.508
Suficiência de cobertura	833	2.633

(c) Comportamento da provisão de benefícios em anos posteriores aos anos de constituição

A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para benefícios da Entidade, denominada de tabela de desenvolvimento de benefícios:

Benefícios administrativos:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Provisões para benefícios no fim do exercício	575	647	911	1.068	1.268	1.045	1.393	1.208	1.751	1.549
Valor Acumulado dos pagamentos até										
Um ano	171	160	331	419	500	445	530	284	859	
Dois anos	182	251	379	503	570	664	572	473		
Três anos	245	283	409	519	695	678	655			
Quatro anos	267	304	411	639	702	738				
Cinco anos	279	305	525	639	750					
Seis anos	279	412	525	657						
Sete anos	386	412	542							
Oito anos	386	430								
Nove anos	404									

Provisão Reestimada

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Um ano	218	342	464	73	138	211	442	373	531	
Dois anos	298	394	27	33	171	105	85	77		
Três anos	344	10	29	104	86	50	40			
Quatro anos	5	16	100	24	43	28				
Cinco anos	15	76	17	20	23					
Seis anos	71	2	16	22						
Sete anos	1	4	18							
Oito anos	2	5								
Nove anos	3									

Benefícios judiciais:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Provisões para benefícios no fim do exercício	2.020	3.677	4.321	4.266	4.554	4.324	5.324	2.420	2.385	1.280
Valor Acumulado dos pagamentos até										
Um ano	486	864	955	436	692	2.903	2.516	268	126	
Dois anos	1.									

» CONTINUAÇÃO

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	PMBC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Sobrevivência	AT49M +TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	541	720	179
Renda	Morte	CSO58M+TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	3.523	4.480	957
Renda	Morte	TR + 6%	Renda Certa	-	46	46	-
Total					4.110	5.246	1.136

RESULTADO DO TAP

PCC-PPNG efetivamente constituída	PCC-PPNG (REGISTRADO)	-	-
	(+) PCC-PPNG (NÃO REGISTRADO)	-	-
	(-) MAIS VALIA PCC-PPNG	-	-
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC ACUMULAÇÃO (REGISTRADO)	-	-
	(+) PCC-PMBC ACUMULAÇÃO (NÃO REGISTRADO)	-	-
	(+) PCC-PMBC BD	-	-
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBC	-	-
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC	1.136	1.136
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBC	-	-

Para 31 de dezembro de 2021 foi identificada insuficiência no grupamento referente aos Fluxos de Benefícios em Curso – Aposentadoria e Benefícios em Curso - Pensão. Esta insuficiência está relacionada ao fato de que a expectativa de vida dos beneficiários do plano de renda atualmente é superior à expectativa de vida da época de desenvolvimento do produto. Desta forma, a Entidade, baseada em taxas de sobrevivência condizentes com o grupo de beneficiários, projeta um período de pagamento de rendas futuras superior ao estabelecido na Nota Técnica do Plano. Esta insuficiência está devidamente compensada através da constituição de PCC-PMBC – Provisão Complementar de Cobertura referente à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos no valor de R\$ 1.136, conforme demonstrado abaixo:

Grupo	TAP - provisão a constituir
Grupo "A" - Operações Registradas - Benefícios de Aposentadoria – RC	179
Grupo "B" - Operações Registradas - Benefícios de Pensão – RCC	957

O TAP também foi realizado com as datas-base de 31 de dezembro de 2020, com o objetivo de se obter as relações comparativas entre os mesmos.

Resultados obtidos nos fluxos de 31 de dezembro de 2020:

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG	PCC-PPNG
Previdência	1.577	1.218	(359)
Total	1.577	1.218	0

PRÊMIOS E CONTRIBUIÇÕES NÃO REGISTRADOS DE PPNG

TIPO DE PRODUTO	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS – ENTRADAS)
Previdência	(24.222)
Total	(24.222)

TIPO DE PLANO	COBERTURA	BASE TÉCNICA	TIPO DE RENDA	EXCEDENTE FINANCEIRO NA CONCESSÃO	PMBC CONSTITUÍDA	VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PMBC	PCC-PMBC
Renda	Sobrevivência	AT49M +TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	600	899	299
Renda	Morte	CSO58M+TR+ 6%	Renda Vitalícia	-	3.400	5.317	1.917
Renda	Morte	TR + 6%	Renda Certa	-	19	18	(1)
Total					4.019	6.234	2.215

RESULTADO DO TAP

PCC-PPNG efetivamente constituída	PCC-PPNG (REGISTRADO)	-	-
	(+) PCC-PPNG (NÃO REGISTRADO)	-	-
	(-) MAIS VALIA PCC-PPNG	-	-
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC ACUMULAÇÃO (REGISTRADO)	-	-
	(+) PCC-PMBC ACUMULAÇÃO (NÃO REGISTRADO)	-	-
	(+) PCC-PMBC BD	-	-
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBC	-	-
PCC-PMBC efetivamente constituída	PCC-PMBC	2.215	2.215
	(-) MAIS VALIA PCC-PMBC	-	-

Teste de sensibilidade

O Teste de Sensibilidade visa analisar o efeito da alteração das premissas de cálculo atuarial incluídas na estruturação dos fluxos de caixa, base do TAP, pelas quais a Entidade não detém seu controle. No contexto atual, a principal premissa que pode, com certa facilidade, ter alteração de valor em relação ao esperado é a mortalidade.

O Teste de Sensibilidade envolvendo a variável mortalidade foi processado agravando linearmente as taxas de mortalidade (qx) da Tábua BR-EMS 2021, segregada por sexo e sem a aplicação de fatores de *Improvement*, em 10% (dez por cento) e reprocessando o TAP, verificando se haveria a necessidade de constituição de algum valor em função desta variação de parâmetro. Após a análise, verificou-se que, mesmo com o aumento nos valores pagos de benefícios, não haveria a necessidade de constituição de nenhum valor adicional ao já constituído pela Entidade.

(e) Provisões judiciais relacionadas a benefícios

O critério para constituição da reserva técnica para os planos da Entidade é o provisionamento pelo valor estimado de perda. O valor estimado é o valor contratado pelo participante ou o valor previsto na sentença judicial, quando houver, e deve ser atualizado mensalmente. Nos processos com trânsito em julgado, o valor da provisão técnica é o valor de condenação definitiva. O critério para constituição da reserva técnica será o provisionamento de 100% do valor estimado para as causas prováveis e o provisionamento de R\$ 0,01 para as causas remotas. Os valores provisionados estão contabilizados na provisão de sinistros a liquidar, provisão de resgate e/ou outros valores a regularizar, provisão matemática de benefícios concedidos, provisão de despesas relacionadas e de forma não individualizada na provisão de eventos ocorridos e não avisados, provisão de eventos não suficientemente avisados e provisão complementar de cobertura.

	2021				2020			
	Valor reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado
Remota	5.955	-	105	-	3.737	-	75	-
Possível	-	-	-	-	-	-	-	-
Provável	10.502	7.901	134	7.901	9.913	10.437	156	10.437
Total	16.497	7.901	231	7.901	13.650	10.437	231	10.437

Em 31 de dezembro de 2021, do montante total provisionado R\$ 7.901, R\$ 6.377 referem-se as provisões individuais e R\$ 1.524 referem-se as provisões globais, enquanto em 31 de dezembro de 2020 do montante total provisionado R\$ 10.437, R\$ 7.511 referiam-se as provisões individuais e R\$ 2.926 referiam-se as provisões globais.

(f) As movimentações das provisões são como seguem:

Saldo do início do período	10.437	10.709
Total pago no período	(598)	(790)
Novas constituições no período	102	94
Baixa da provisão por êxito	(83)	(94)
Alteração da provisão por alteração de estimativa ou probabilidade	(1.434)	236
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	(523)	282
Saldo final do período	7.901	10.437
Quantidade de ações pagas no período	49	49
Quantidade de ações novas no período	31	26

16 Partes relacionadas

	2021					Total
	Sabemi Seguradora	Pecúlio União Previdência Privada	Sabemi Tec	Sabemi Negócios	Sabemi Participações	
Ativo						
Títulos e créditos a receber (iii)	2					2
Títulos e créditos a receber (iv)	23					23
Passivo						
Obrigações a pagar (iii)	4.487	202	55	6		4.750
Resultado do período						
Receitas - Pró-labore (iv)	263					263
Despesa prestação serviços			1.304			1.304
Total						
	Sabemi Seguradora	Pecúlio União Previdência Privada	Sabemi Tec	Sabemi Negócios	Sabemi Participações	Total
Ativo						
Títulos e créditos a receber (i)					13.179	13.179
Títulos e créditos a receber (ii)		108				108
Títulos e créditos a receber (iii)	1.044					1.044
Títulos e créditos a receber (iv)	31					31
Passivo						
Obrigações a pagar (iii)	153	-	511	1.119		1.783
Resultado do período						
Receitas - Pró-labore (iv)	421					421
Despesa prestação serviços			3.054			3.054

- (i) Saldo relativo a contrato de compra-venda de cotas subordinadas com a Sabemi Participações (Nota 6 (g)).
- (ii) Saldo relativo a transferência de carteira (Nota 10).
- (iii) Acordo operacional de consignação em folha, onde a Entidade atua como correspondente realizando a cobrança de planos de pecúlio e seguros, repassados mensalmente. (Nota 6).
- (iv) A Entidade atua como estipulante em administração de apólices coletivas de acidentes pessoais, sendo remunerada conforme condições estabelecidas na apólice (Nota 6 (g) e 19).

17 Provisões judiciais

As causas judiciais, decorrentes de reclamações judiciais, levadas a efeito contra a Entidade, cujas perdas delas resultantes não possam ser abrangidas pela cobertura de contratos, foram avaliadas pelos assessores jurídicos, internos e externos e abaixo são representadas:

(a) Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	2021		2020			
	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado	Valor do risco	Número de casos	Valor provisionado
Remota	189	291	47	310		
Possível	675	38	820	42		
Provável	1.127	492	1.127	614		1.160
Total	1.991	821	1.127	966		1.160

Em 31 de dezembro de 2021, do total de 821 causas não relacionadas a sinistros e beneficiários, 804 (2020 – 951) dizem respeito a causas cíveis, 7 (2020 - 8) a causas trabalhistas e 10 tributárias (2020 - 7). Houve um aumento de números de casos provisionados no exercício motivado pela mudança na política de contingência aprovada, incluindo provisão para processos de benefícios. Adicionalmente, em 1º de julho de 2008, conforme aprovação em Carta SUSEP/DECON/GAB/Nº 191/08, houve a transferência de carteira de planos de previdência complementar proveniente da entidade Pecúlio União Previdência Privada. Conforme contrato firmado

entre as partes, a Sabemi Previdência Privada, a partir da data de transferência, assumiu todas as obrigações pactuadas nos contratos vigentes e anteriormente pertencentes à Pecúlio União Previdência Privada. Da mesma forma, a Sabemi Previdência Privada comprometeu-se a garantir o pagamento dos passivos judiciais e extrajudiciais relativos aos fatos e ações judiciais anteriores à data de transferência do Pecúlio União Previdência Privada. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo provisionado inclui o montante de R\$ 249 (2020 - R\$ 140) de causas cíveis oriundas da Cessão de carteira proveniente da entidade Pecúlio União Previdência Privada.

(b) As movimentações das provisões são como seguem:

	2021	2020
Saldo do início do período	1.153	1.485
Ações pagas no período	(967)	(567)
Novas constituições no período	1.390	1.822
Baixa da provisão por êxito	(330)	(463)
Alteração da provisão por alteração de estimativas	(119)	(1.124)
Atualização monetária	-	-
Saldo final do período	1.127	1.153
Quantidade de ações pagas no período	64	48
Quantidade de ações novas no período (*)	84	802

(*) Mudanças na política de provisionamento impactou na quantidade de ações provisionadas no exercício.

Trabalhistas

	2021	2020
Saldo do início do período	7	-
Ações pagas no período	-	(3)
Novas constituições no período	-	11
Baixa da provisão por êxito	(7)	-
Alteração da provisão por alteração de estimativas	-	(1)
Saldo final do período	-	7

Quantidade de ações pagas no período	-	2
Quantidade de ações novas no período	-	3

Fiscais

	2021	2020
Saldo do início do período	-	6
Ações pagas no período	(488)	-
Novas constituições no período	488	-
Acréscimo/baixa da provisão por alteração de estimativas	-	(6)
Saldo final do período	-	-

18 Patrimônio social

(a) Reservas patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva patrimonial é de R\$ 3.204 (2020 – R\$ 3.204).

(b) Reserva de contingências de benefícios
No exercício de 2021 foi realizada a reversão da reserva de contingência de benefícios no valor de R\$ 256, de acordo com a Circular nº 648/21.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo acumulado dessa reserva é de R\$ 1.555 (2020 - R\$ 1.811).

(c) Reserva de retenção de superávit
No exercício de 2021 foi realizada a constituição da reserva de retenção de superávit no valor de R\$ 2.918, de acordo com a Circular nº 517/15 e alterações posteriores.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo acumulado dessa reserva é de R\$ 21.096 (2020 - R\$ 18.178).

19 Composição das contas de resultado

Efetuamos o detalhamento das principais contas da demonstração do resultado, conforme determina a legislação vigente:

	2021	2020
Sinistros ocorridos		
Planos de pecúlio	(2.821)	(2.529)
Varição de IBNR (i)	165	336
	(2.656)	(2.193)
Custo de aquisição		
Despesas de cobrança	(92)	(293)
	(92)	(293)
Outras receitas e despesas operacionais		
Pró-labore estipulante (ii)	267	421
Despesas judiciais	(1.196)	(474)
Constituição (i) (redução) de contingências (iii)	(36)	423
Outras despesas / receitas operacionais	2	(24)
	(963)	346

(ii) Refere-se à receita recebida como estipulante na administração de apólices (Nota 16).

(iii) Variação decorre principalmente da alteração de estimativa de perdas (Nota 17).

Despesas administrativas		
Despesas com serviços técnicos	(2.162)	(3.904)
Despesas com localização e funcionamento	(912)	(845)
Despesas com publicação	(137)	(87)
Despesa com donativos e contribuições	(68)	(89)
Despesas judiciais	(53)	(602)
Despesas com multas	(4)	(28)
Outras despesas (iv)	(1.254)	(746)
	(4.591)	(6.301)

(iv) Refere-se ao rateio de despesas com pessoal cedido pela Sabemi Seguradora.

Despesas com tributos		
PIS	(38)	(41)
Taxa de fiscalização	(136)	(130)
IPTU	(26)	(24)
Outras	(49)	(1)
	(249)	(196)

Receitas financeiras		
Receitas com assistência financeira (viii)	4.166	2.096
Receitas com renda fixa	657	479
Receitas com depósitos judiciais	186	254
Receitas com juros contratuais	270	685
Outras receitas eventuais	650	136
	5.929	3.650

(viii) Composto por receita com assistência financeira R\$ 191 e cessão de direitos creditórios R\$ 3.975.

Despesas financeiras		
Constituição (reversão) de provisões técnicas	648	(224)
Despesas com assistência financeira (ii)	(3.231)	(2.111)
Outras despesas	(234)	(112)
	(2.817)	(2.447)
Resultado financeiro	3.112	1.203

(ii) Refere-se a valores pagos de comissão na operação de assistência financeira.

Resultado patrimonial		
Despesas com imóveis – Impostos e taxas	(29)	-
Redução ao valor recuperável	(181)	-
	(210)	-

Ganhos e perdas com ativos não correntes		
Venda de imóveis – saldo residual	128	-
	128	-

20 Principais ramos de atuação

A Entidade vem aumentando progressivamente a participação do plano Pecúlio por Morte em relação ao volume de contribuições emitidas da Entidade.

No exercício de 2021 o referido plano responde por aproximadamente 98% da receita de contribuições da Entidade, remanescendo os demais 2% para os planos de pensão. Assim, segue tabela com as informações referentes aos planos de Pecúlio por Morte:

Plano	Tábua de mortalidade	Taxa de carregamento	Taxa de juros
Pecúlio por morte	CSO - 58 Male	30%	6% a.a.
Pecúlio por morte	SGB - 75	30%	6% a.a.

Nos períodos analisados a Entidade não teve despesas de comercialização, a sinistralidade dos planos de pecúlio e pensão por morte foi:

	2021	2020
Prêmio ganho	8.130	8.590

» CONTINUAÇÃO

atuária, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuária), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2022.
Danielle Bellissimo Wilk - Atuária MIBA 2841
ATUÁRIA BRASIL Assessoria, Consultoria
e Auditoria S/S Ltda - CIBA 0087
CNPJ 06.114.280/0001-45 –
Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 – POA/RS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Sabemi Previdência Privada

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sabemi Previdência Privada ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sabemi Previdência Privada em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Entidade e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2022
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O

LOJAS QUERO-QUERO S.A. - Companhia Aberta NIRE 4330002898-4
CNPJ/ME nº 96.418.264/0218-02

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE JANEIRO DE 2022

Data, Hora e Local: Realizada no dia 27 de janeiro de 2022, às 09:30, por meio de videoconferência, conforme faculdade prevista no §4º do Artigo 14 do Estatuto Social da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia").

Convocação: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Presença: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia por meio de videoconferência.

Composição da Mesa: Presidente: Sr. Flávio Benício Jansen Ferreira; Secretário: Sr. Jean Pablo de Mello.

Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) a alteração do Prazo de Exercício do 1º Programa de Outorga de Opções da Companhia ("1º Programa") aprovado pela Companhia em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de julho de 2020; e (ii) a alteração do Prazo de Exercício do 2º Programa de Outorga de Opções da Companhia ("2º Programa") aprovado pela Companhia em Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de janeiro de 2021; e (iii) a aprovação do 3º Programa de Outorga de Opções da Companhia ("3º Programa") no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado pela Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de junho de 2020 ("SOP 2020").

Deliberações: Após discussão, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade dos votos, com a abstenção do Sr. Peter Takaharu Furukawa, ficando ainda estabelecido que somente se beneficiarão das alterações dos itens (i) e (ii) acima os membros da Diretoria, Executivos, Empregados e Prestadores de Serviços da Companhia, assim designados na forma do SOP 2020, desta maneira, não incluindo os membros votantes: (i) A alteração do Prazo de Exercício do 1º Programa de Outorga de Opções da Companhia aprovado pela Companhia em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de julho de 2020, para 24 (vinte e quatro) meses em relação aos 3 (três) primeiros períodos em que as Opções se tornarem Opções Vestidas, passando o 1º Programa a vigorar com a redação constante do documento apresentado na presente reunião, que ficará arquivado na sede social da Companhia. (ii) A alteração do Prazo de Exercício do 2º Programa de Outorga de Opções da Companhia aprovado pela Companhia em Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de janeiro de 2021, para 24 (vinte e quatro) meses em relação aos 3 (três) primeiros períodos em que as Opções se tornarem Opções Vestidas, passando o 2º Programa a vigorar com a redação constante do documento apresentado na presente reunião, que ficará arquivado na sede social da Companhia. (iii) O 3º Programa no âmbito do SOP 2020 e a alocação de 1.040.000 (um milhão e quarenta mil) Opções para determinados executivos, empregados e prestadores de serviços, nos termos do documento apresentado na presente reunião, que ficará arquivado na sede social da Companhia. O Preço de Exercício das Opções corresponde ao preço médio ponderado das negociações dos últimos 45 pregões, será corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, e será ajustado por proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas. O total de Opções outorgadas neste Programa representa 0,56% do capital social da Companhia. Em razão da deliberação acima, o Conselho de Administração autoriza a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para o lançamento do 3º Programa, divulgação aos participantes, esclarecimento de eventuais dúvidas e celebração dos respectivos Instrumentos Particulares de Opção de Compra de Ações.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos.

Assinaturas: Mesa: Flávio Benício Jansen Ferreira – Presidente da Mesa; Jean Pablo de Mello – Secretário da Mesa. **Conselheiros:** Flávio Benício Jansen Ferreira – Presidente; Luiz Antonio de Moraes de Carvalho – Membro; Christiano Antoniazzi Galló – Membro Independente; Eduardo Campoza Gouveia – Membro Independente; Peter Takaharu Furukawa – Membro. Esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Cachoeirinha, 27 de janeiro de 2022.

Mesa: Flávio Benício Jansen Ferreira - Presidente, Jean Pablo de Mello - Secretário. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul.** Certifico registro sob o nº 8162111 em 23/02/2022 da Empresa LOJAS QUERO-QUERO S.A., CNPJ 96418264021802 e protocolo 220380082 - 04/02/2022. Autenticação: 95E8A9ECEED99442C81E3A6456F452492D. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral